ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO 2025-2030

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 2025

ENED

FICHA TÉCNICA

RESPONSABILIDADE

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I.P.

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

REDAÇÃO

La Salete Coelho e Joana Costa

Entidades Responsáveis pelo Apoio ao Planeamento, Acompanhamento e Avaliação da ENED 2025-2030

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

Julho de 2026

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO 3

1 – Introdução 5

2 – Análise de dados gerais 9

3 – Cobertura dos objetivos, medidas e ações 11

- Cobertura global dos objetivos 11
- Objetivo 1 12
- Objetivo 2 15
- Objetivo 3 18
- Objetivo 4 20
- Análise por projeto 21

3 – Cobertura dos objetivos, medidas e ações 24

- Cobertura global dos objetivos 24
- Objetivo 1 25
- Objetivo 2 28
- Objetivo 3 31
- Objetivo 4 33
- Análise por projeto 34

4 – Análise dos indicadores por objetivo e por dimensão 37

- Objetivo 1 37
- Objetivo 2 46
- Objetivo 3 52
- Objetivo 4 56

5 – Conclusões 58

6 – ANEXOS 63

LISTA DE SIGLAS

AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P.

ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural

ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

CA - Comissão de Acompanhamento

CGpDS - Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável

CICL - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

CNU - Comissão Nacional da UNESCO

CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

ED - Educação para o Desenvolvimento

EduQA - Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I.P

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESE - Escola Superior de Educação

GENE - Global Education Network Europe

IP - Instituição Pública

IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude

MAI – Mecanismo de Apoio a Iniciativas das Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED

MT - Medidas transversais

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC - Organização da Sociedade Civil

PA - Plano de Ação

PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

Referencial de ED - Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário

RICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento

TdR - Termos de referência

UE - União Europeia

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Relatório de Acompanhamento faz parte do acompanhamento e monitorização da implementação do Plano de Ação (PA) da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2025-2030 (ENED 2025-2030), relativamente ao ano de 2025, analisando a cobertura dos objetivos, medidas e ações e bem como os indicadores gerais e específicos definidos.

Uma vez que a ENED 2025-2030 foi aprovada a 27 de outubro de 2025 e o seu PA só viria a ser subscrito pelas entidades a 21 de janeiro de 2026, o presente relatório de acompanhamento foi elaborado com base no PA em vigor até então, o da ENED 2018-2022. Não havendo ainda uma definição de metas para 2025, este relatório realizou o mapeamento das ações realizadas, não sendo possível estabelecer uma relação entre os compromissos assumidos pelas entidades e a sua implementação.

A exemplo dos anos anteriores, o processo de recolha de dados foi realizado através de um instrumento online, elaborado conforme o previsto no PA. A sua unidade de recolha é a "ação"[1], em coerência com o documento enquadrador. Os dados gerais aqui tratados foram recolhidos a partir de 471 respostas registadas por 41 instituições[2] e representam um total de 1322 ações reportadas. Os dados recolhidos são da responsabilidade das entidades que os reportaram.

Receberam-se respostas, reportando ou não dados, das três instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento (CA) da ENED[3], da própria CA enquanto órgão coletivo com responsabilidade na dinamização e implementação de ações[4], de 11 das restantes 12 Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED que têm vindo a contribuir para a execução da ENED 2025-2030, de 23 ONGD associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD e de 8 Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE.

No total de 1322 ações reportadas, 583 (44%) dizem respeito a ações inseridas em projetos de ED, 456 (35%) referem-se a ações inseridas noutro tipo de projeto e 283 (21%) são ações não inseridas em qualquer tipo de projeto. Neste âmbito, foi ainda possível identificar a

[1] Por *ação* entende-se intervenções/iniciativas diversas em número singular.

[2] Incluindo a Comissão de Acompanhamento (CA).

[3] Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação (EduQA) e Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (PPONGD). O Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC) desvinculou-se da CA em 2024, assim sendo, aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade.

[4] No Plano de Ação desta Estratégia a CA assumiu compromissos e, portanto, também reporta enquanto tal.

existência de 5 projetos de ED implementados pelas ESPA, 29 por ONGD associadas da PPONGD e 5 pelas ESE associadas da ARIPESE.

Na distribuição de ações por objetivo, verificou-se que 216 (16%) das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED”; 930 (71%) dizem respeito ao objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”; 160 (12%) correspondem ao objetivo 3 “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”; e 16 ações (1%) estão implicadas no objetivo 4 dedicado à “Consolidação de recursos adequados à intervenção em ED”. Relativamente às Medidas Transversais, não houve nenhuma ação prevista para o ano em análise.

O presente relatório apresenta, ainda, uma análise pormenorizada da informação recolhida de acordo com os indicadores específicos por objetivo e por dimensão, a saber, participação; sexo; territorial/geográfica; institucional; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

Da análise dos dados recolhidos, retiraram-se conclusões que se apresentam igualmente neste relatório.

1 – Introdução

O presente Relatório de Acompanhamento, relativo à implementação de ações no ano de 2025, é um documento resultante da aplicação do "Sistema de acompanhamento", consagrado no Plano de Ação (PA) da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2025-2030 (ENED 2025-2030). Este sistema de acompanhamento pretende ser uma forma de promover e acompanhar o desenvolvimento da ENED 2025-2030, nomeadamente monitorizar a implementação do seu PA, no qual se estipula a "elaboração e publicação de relatórios de acompanhamento da execução da ENED".

Esta atribuição mantém-se entregue ao secretariado instituído pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL), que envolve o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Com este documento, pretende-se, para além de fornecer informações que permitam obter uma perspetiva evolutiva da implementação da ENED 2025-2030, promover uma reflexão crítica sobre os resultados e partilhar conclusões entre os atores de ED envolvidos e o público em geral interessado na ENED, a nível local, regional e internacional.

Uma vez que a ENED 2025-2030 foi aprovada a 27 de outubro de 2025 e o seu PA só viria a ser subscrito pelas entidades a 21 de janeiro de 2026, o presente relatório de acompanhamento foi elaborado com base no PA em vigor até então, o da ENED 2018-2022. Não havendo ainda uma definição de metas para 2025, este relatório realizou o mapeamento das ações realizadas, não sendo possível estabelecer uma relação entre os compromissos assumidos pelas entidades e a sua implementação.

Foi ainda possível recolher dados para os seguintes objetivos específicos:

- identificar as ações de ED concretizadas durante o ano de 2025;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;
- identificar e caracterizar a dimensão das principais participações nas ações, nomeadamente quanto ao sexo;
- identificar as principais áreas geográficas onde se implementam as ações;
- identificar e caracterizar a dimensão institucional das principais ações;
- identificar os principais setores de atividades dos atores intervenientes;
- identificar as principais dimensões temporais das atividades em curso;
- identificar a dimensão da disseminação de recursos e conteúdos na área de ED;
- identificar as principais tipologias das ações;

- lançar as bases para a obtenção futura de uma perspetiva evolutiva da elaboração e implementação da nova ENED;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões.

A recolha de dados do presente relatório foi realizada, de forma semelhante à dos anos antecedentes, através de um instrumento pensado e elaborado de origem, e implementado conforme as especificidades da ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este instrumento de reporte de dados aloja-se numa "área reservada"[5] (https://areareservada.ened-portugal.pt/) que se integra na estrutura da plataforma eletrónica desenvolvida, e já em funcionamento, que tem como propósito disseminar informação relativa à ED em Portugal (https://ened-portugal.pt/).

A análise dos dados recolhidos, que tem a *ação*[6] como unidade de reporte, pretende responder às dimensões e indicadores gerais e específicos identificados para cada uma das ações no documento *Notas explicativas do Plano de Ação da ENED 2018-2022*[7]*:* participação; sexo; territorial/geográfica; institucional; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

Assim, os dados aqui tratados foram recolhidos em 471 respostas registadas por 40 instituições e Comissão de Acompanhamento representando um total de 1322 ações reportadas. O tratamento dos dados foi feito em dois momentos distintos:

- numa primeira fase, fez-se a análise das ações reportadas com vista a ter uma visão global da implementação do PA;

- numa segunda fase, analisaram-se os dados por objetivo, medida e ação, segundo as dimensões transversais e os indicadores específicos definidos no documento "Notas explicativas", complementar ao PA.

Relativamente aos dados recolhidos importa salientar que se recolheram dados das três instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED[8] e de onze das doze

[5] Na "área reservada", dedicada a cada uma das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED e das associadas identificadas por estas como promotoras de atividades no âmbito da mesma, é possível entrar no perfil individual, através do nome da entidade utilizadora e de uma palavra-passe, num espaço privado e adaptado aos compromissos das mesmas. Nesta área, cada entidade poderá efetuar, idealmente em momentos distintos, a planificação e o reporte das ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Ação.

[6] Entendendo-se por ação, intervenções/iniciativas diversas em número singular.

[7] O documento *Notas Explicativas do Plano de Ação da ENED 2018-2022* encontra-se disponível em: https://ened-portugal.pt/pt/notas-explicativas

[8] O Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), o Ministério da Educação, através do Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação (EduQA) e a Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (PPONGD). O Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC) desvinculou-se da CA em 2024, assim sendo, aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade.

outras Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED[9] que têm vindo a contribuir para a execução da ENED 2025-2030.

No caso da PPONGD e da ARIPESE, foram ainda tidas em conta as suas associadas. Neste âmbito, foram contactadas 34 ONGD, que atuam na área da ED registadas na PPONGD, Entidade Subscritora do Plano de Ação, para que se possa ter uma visão mais completa do trabalho realizado na área da ED em Portugal, uma vez que estas são uma das grandes promotoras do trabalho nesta área.

Por indicação da PPONGD foram criados perfis para 34 ONGD, tendo sido possível recolher respostas de 23 organizações[10], representando 68% das entidades contactadas[11]. No campo das ESE conseguimos estabelecer contacto com as 14 instituições associadas da ARIPESE, para as quais foi criado um perfil individual. Para o ano em análise, foi possível recolher respostas de 8 instituições[12] (57% do universo contactado) que nos enviaram dados para tratamento.

No total, responderam aos contactos realizados, reportando dados, no âmbito do processo de elaboração do relatório 41 das 64 entidades com perfis criados (as 3 entidades que compõem a CA, a própria CA que funciona como ator, como explicado anteriormente, 11

[9] AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo; ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; APA - Agência Portuguesa do Ambiente; APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural; CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; CNJ - Conselho Nacional da Juventude; Comissão Nacional da UNESCO; CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude; PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e RICD – Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento. Foram incluídos ainda os dados da Comissão de Acompanhamento (apesar de ser uma Comissão constituída por 3 ESPA, os seus dados serão tratados enquanto uma entidade individual uma vez que a CA assume compromissos específicos no Plano de Ação). A ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação não reportou dados para o ano em análise.

[10] ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos; ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola; ADRA Portugal - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência; AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global; APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África; ATLAS - People Like US; Cáritas Portuguesa; CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral; CPR - Conselho Português para os Refugiados; FCL - Fundação Cidade de Lisboa; FEC - Fundação Fé e Cooperação; FGS - Fundação Gonçalo da Silveira; Fundação Champagnat; G.A.S. Porto - Grupo de Ação Social do Porto; Girl Move Portugal; Graal; IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr; Monte ACE - Desenvolvimento Alentejo Central; Mundo a Sorrir Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses; OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento; Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano; Sol Sem Fronteiras; URB-África - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano / UCCLA União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

[11] Cinco instituições (14%) informaram que não realizaram atividades de ED, dezoito (52%) deram uma resposta positiva, submetendo os seus dados para tratamento e doze (34%) não responderam.

[12] ESECD-IPGuarda - Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda; ESECS-IPLeiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria; ESECS-IPPortalegre - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre; ESE-IPBeja - Escola Superior de Educação de Beja; ESE-IPPorto - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto; ESE-IPSetúbal - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal; ESE-IPSantarém - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém; ESE-IPVianaDoCastelo - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

outras entidades subscritoras do PA da ENED 2025-2030, 18 ONGD e 8 ESE)[13], o que representa um universo de 64% do total das entidades contactadas.

Apesar do conhecimento da existência de outras instituições que trabalham em ED, manteve-se a opção de contactar apenas as entidades que subscreveram o Protocolo de implementação do PA da ENED 2025-2030.

Importa destacar o compromisso voluntário das ESPA, que desenvolveram e reportaram os dados de um conjunto de ações que contribuem para a concretização dos objetivos do Plano de Ação, mesmo na ausência de um enquadramento formal em vigor durante a maior parte do período em análise. Este compromisso evidencia o reconhecimento, por parte de cada uma das ESPA, da importância da continuidade do trabalho em ED e da ENED portuguesa.

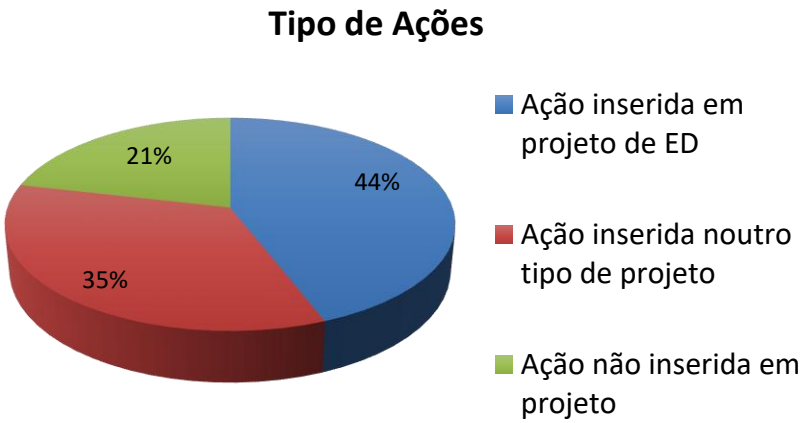
[13] Para a lista completa dos participantes no relatório, ver Anexo 1 “Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão”.

2 – Análise de dados gerais

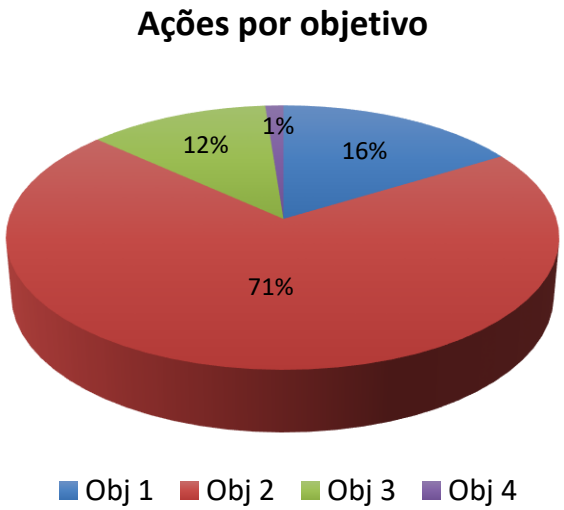
De uma análise dos dados globais e introdutórios, importa salientar, desde logo, a divisão da recolha dos dados por tipologia de instituições. É possível observar que, em relação a 2024, houve o aumento de 2 instituições que reportam dados perfazendo em 2025 um total de 40 instituições que reportaram, das quais 15 são públicas (37%) e 25 são não públicas e sem fins lucrativos (63%).

Relativamente à organização dos dados pelas três tipologias de ação - ações inseridas em projeto de ED, ações inseridas noutro tipo de projetos e ações não inseridas em qualquer tipo de projeto -, verifica-se que, num total de 1322 ações reportadas, 583 (44%) dizem respeito a ações inseridas em projetos de ED, 456 (35%) referem-se a ações inseridas noutro tipo de projetos e 283 ações (21%) são ações não inseridas em qualquer projeto.

Em comparação com o ano anterior, verifica-se em 2025 que as ações inseridas em projetos de ED se mantiveram estáveis (44%), enquanto se observou um aumento das ações inseridas noutro tipo de projetos (de 17% para 35%) e um decréscimo das ações não inseridas em qualquer projeto (de 39% para 21%).



Quanto ao enquadramento das ações reportadas no objetivo do Plano de Ação para o qual estas respondem de forma mais direta, constata-se que 216 (16%) das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 "Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED"; 930 (71%) dizem respeito ao objetivo 2 "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED"; 160 (12%) correspondem ao objetivo 3 "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED"; 16 ações (1%) estão implicadas no objetivo 4 dedicado à "Consolidar a implementação da ENED". Relativamente às Medidas Transversais, não houve nenhuma ação prevista para o ano em análise.



A exemplo do ano transato, foram estabelecidos os Termos de Referência (TdR) que definem o que se espera do presente relatório anual de acompanhamento da ENED. Estes encontram-se em anexo[14] e constituem as linhas mestras deste relatório.

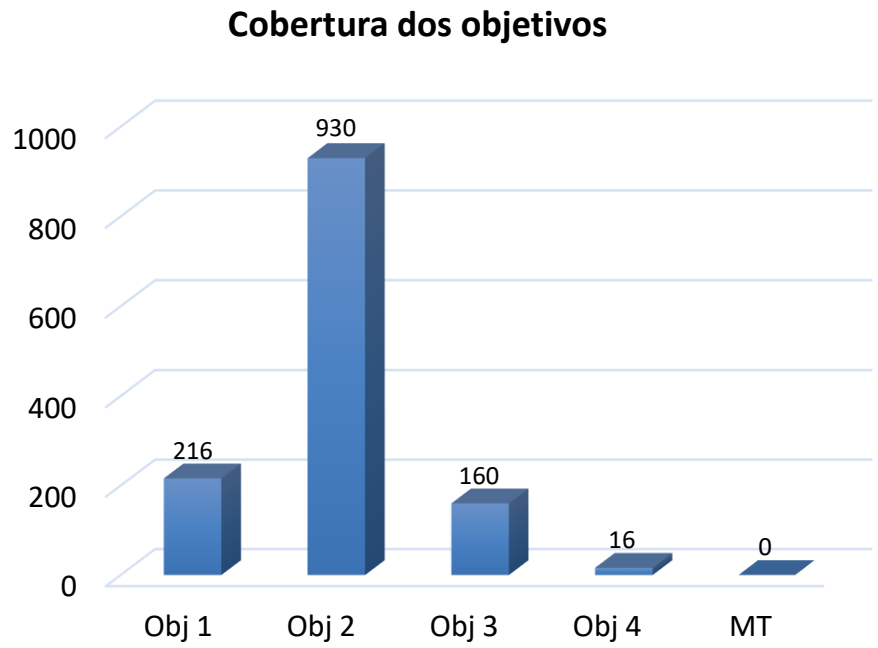
Verificou-se, mais uma vez, que o processo de elaboração do relatório anual – desde a implementação do instrumento de recolha de dados, ao contacto com as instituições, recolha, tratamento e interpretação de dados e redação final – permite um processo de aprendizagens conjuntas e que tem influência nas decisões tomadas e a tomar, nomeadamente, na elaboração da nova ENED e respetivo Plano de Ação.

[14] Anexo 2 "Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED".

3 – Cobertura dos objetivos, medidas e ações

○ Cobertura global dos objetivos

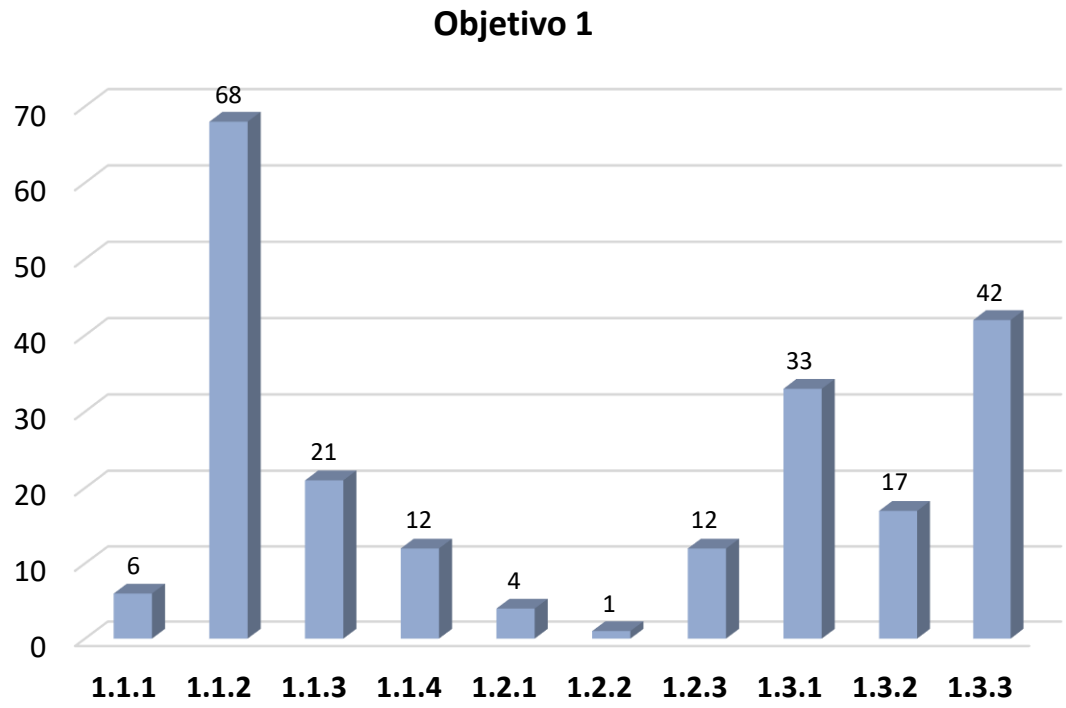
Inicia-se a análise da implementação da atual ENED por uma leitura dos dados globais, ao nível dos objetivos.



À semelhança dos anos anteriores, o volume da cobertura geral dos objetivos manteve-se, com o objetivo 2 tendo o maior número de ações desenvolvidas (930 ações), seguido pelo objetivo 1 (216 ações), o objetivo 3 (160 ações) e, por fim, o objetivo 4 (16 ações). Importa referir que estes números não devem ser comparados diretamente entre si, pois o número de ações estimadas varia de acordo com a tipologia/natureza de cada um dos objetivos. É também de realçar que as entidades intervenientes e participantes variam conforme os objetivos devido à sua especificidade. Em 2025, relativamente às Medidas Transversais, não se registou a concretização de qualquer ação no âmbito destas medidas.

○ Objetivo 1

Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de Educação para o Desenvolvimento



Como referido anteriormente, o objetivo 1 recolhe 216 ações reportadas, o que corresponde a 16% do total. A partir da análise do gráfico anterior, observa-se uma alteração relativamente à tendência dos anos anteriores, a medida 1.1 dedicada à *Formação de agentes educativos*, composta por quatro ações (1.1.1, 1.1.2, 1.1.3 e 1.1.4) é a que agora concentra o maior número de ações reportadas dentro deste objetivo (107 ações no total), ultrapassando a medida 1.3 dedicada à *Produção de conteúdos e recursos* (92 ações), que nos anos anteriores liderava esta distribuição.

A ação 1.1.2, focada na *realização de ações de formação contínua de docentes de todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação, da educação pré-escolar ao ensino superior em matéria de ED*, é a ação mais implementada neste objetivo, tendo registado um aumento de 17 ações face a 2024 (68 ações, contra 51). Ainda nesta linha de superação, destaca-se, dentro da mesma medida, a ação 1.1.1 dedicada à *formação inicial de docentes*, que regista um ligeiro aumento, passando de 4 para 6 ações. Também a ação 1.1.3, dedicada à *formação inicial de educadores e educadoras e formadores e formadoras*, apresenta um crescimento assinalável, passando de 13 para 21 ações. Em sentido contrário, a ação 1.1.4 dedicada à

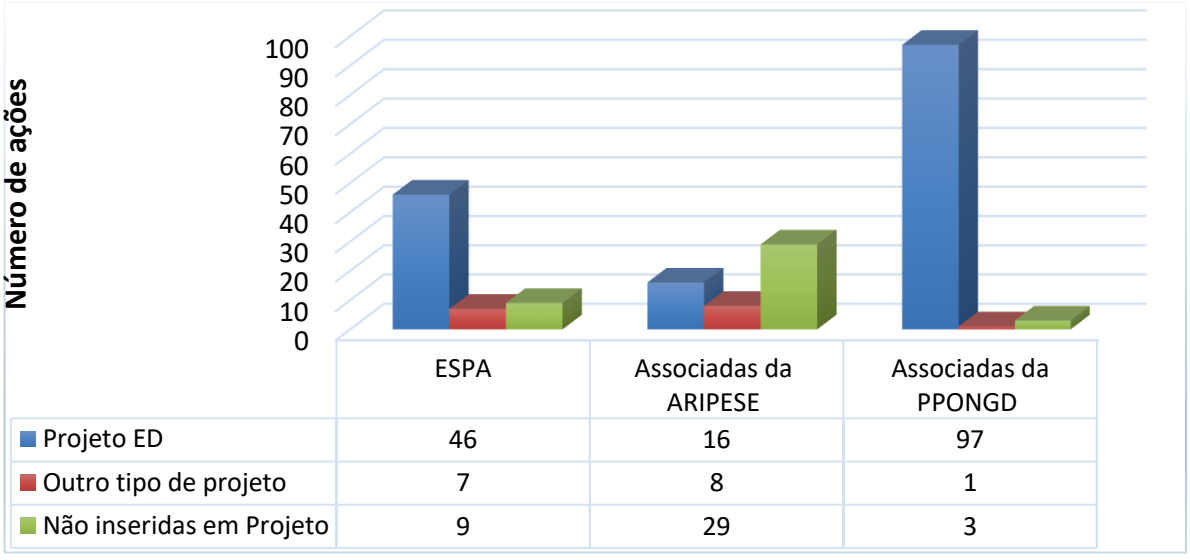
realização de ações de formação contínua de educadores e educadoras e formadores e formadoras de qualquer setor de atividade, em matéria de ED regista uma ligeira diminuição, passando de 13 para 12 ações.

Quanto à medida 1.3, dedicada à *Produção de conteúdos e recursos*, verifica-se uma redução transversal às suas três ações: a ação 1.3.1, dedicada à *produção de recursos educativos e conteúdos*, desce de 67 para 33 ações, a ação 1.3.2, de *produção de conteúdos científicos*, desce de 23 para 17 ações e a ação 1.3.3, referente à *disseminação de conteúdos e recursos produzidos* nas ações anteriores, desce, consequentemente, de 84 para 42 ações. Ainda assim, a ação 1.3.3 mantém-se como a segunda ação mais reportada do objetivo.

A medida 1.2, *Capacitação de organizações*, mantém-se globalmente como a menos reportada dentro do objetivo. Dentro desta medida, a ação 1.2.1 regista um ligeiro aumento, passando de 2 para 4 ações, e a ação 1.2.3 apresenta também uma ligeira subida, de 9 para 12 ações. Já a ação 1.2.2 destaca-se pela tendência inversa, com uma quebra acentuada de 8 para apenas 1 ação reportada, tornando-se a ação com menor expressão em todo o objetivo.

Apesar de, como explicado anteriormente, a unidade de reporte ser a *ação*, considera-se importante analisar os dados recolhidos quanto à sua integração ou não em projeto e em que tipo de projeto – ação inserida em projeto ED, ação inserida noutro tipo de projeto ou ação não inserida em projeto –, uma vez que permite observar como se relaciona o número de reportes preenchidos com os principais atores da sua implementação e perceber a existência de projetos em ED, implementados por entidades de diferentes naturezas.

Objetivo 1

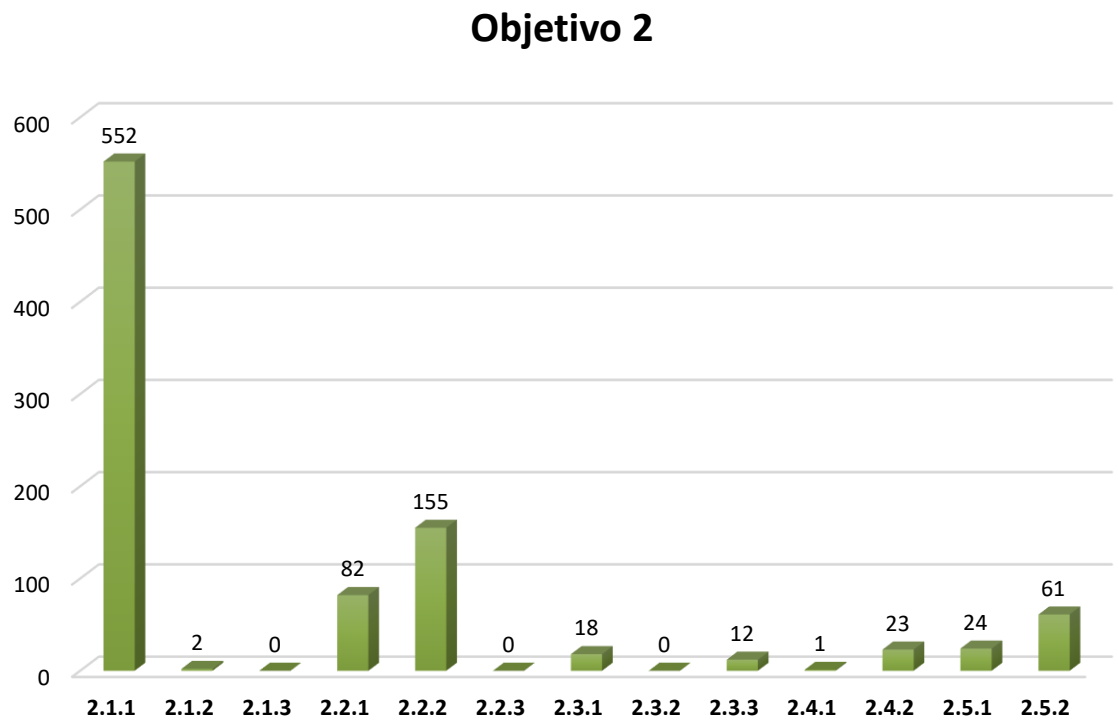


	ESPA	Associadas da ARIPESE	Associadas da PPONGD
Projeto ED	46	16	97
Outro tipo de projeto	7	8	1
Não inseridas em Projeto	9	29	3

Estes dados permitem perceber, para o objetivo 1, um aumento significativo das ações inseridas em projetos de ED reportadas pelas ESPA face ao ano anterior (em 2024 foram reportadas 18 ações, ao passo que em 2025 foram reportadas 46 ações, um acréscimo de 28 ações). Os valores reportados pelas associadas da PPONGD, apesar de inferiores aos do ano anterior (97 ações em 2025 face às 142 em 2024), mantêm-se os mais expressivos entre os três grupos de entidades, evidenciando a manutenção do papel relevante das ONGD associadas na implementação de projetos de ED nesta área. Por outro lado, é de salientar a diminuição das ações não inseridas em projeto por parte das associadas da ARIPESE (29 face às 38 de 2024), a par de uma ligeira redução das ações inseridas em projetos de ED (16 face às 18 do ano anterior), ao passo que as ações inseridas noutro tipo de projeto registaram um ligeiro aumento (8 face às 5 de 2024).

○ Objetivo 2

Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED



Para o objetivo 2, foram reportadas 930 ações, o que corresponde a 71% do total, dedicadas a “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”. Obtêm-se, desta forma, um saldo positivo em comparação ao ano anterior (764 ações).

À semelhança do observado no ano anterior, mas verificando-se uma alteração no número absoluto de reportes, as ações 2.1.1 “promoção de projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação” e 2.2.2 “realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED, por outras organizações” mantêm-se como as ações que apresentam um maior volume (552 e 155, respetivamente), com uma margem de diferença significativa em relação às demais ações do mesmo objetivo.

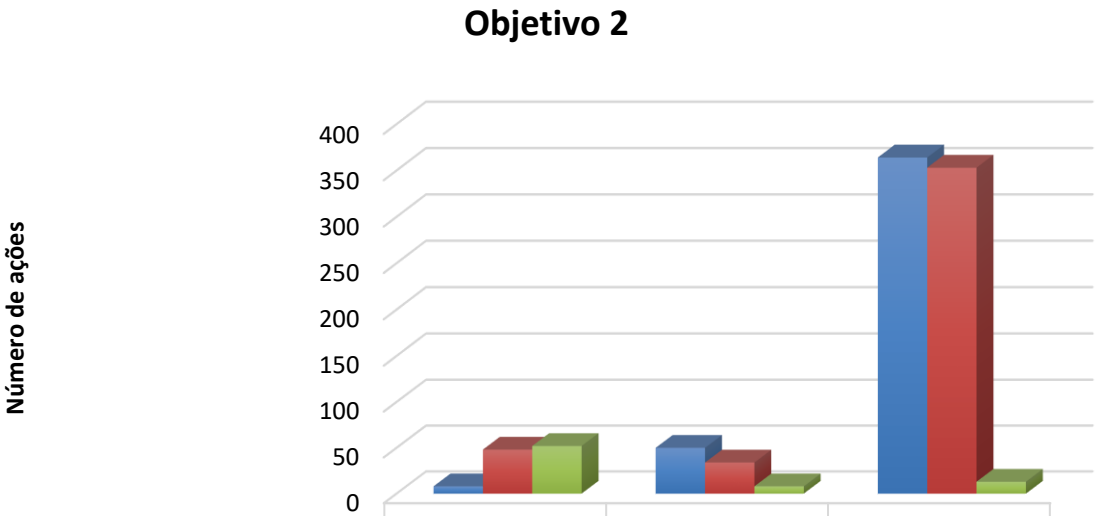
Relativamente à medida 2.1, "Reforço da integração da ED no sistema educativo", destaca-se o crescimento muito acentuado da ação 2.1.1, que passou de 266 ações em 2024 para 552 em 2025. Em sentido contrário, a ação 2.1.2, de realização de sessões de divulgação do Referencial de ED, registou uma ligeira quebra, com 2 ações este ano, face às 4 do ano anterior. Já a ação 2.1.3 "elaboração e divulgação de um levantamento de unidades curriculares que integram abordagens de ED no ensino superior" manteve-se sem qualquer registo, à semelhança do que já se verificava no ano anterior.

Quanto à medida 2.2, de "Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal", dedicada à realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED, quer por organizações de cúpula (2.2.1), quer por outras organizações (2.2.2), apresentam resultados inferiores aos do ano anterior (menos 74 e 99 ações, respetivamente). Relativamente à ação 2.2.3, "elaboração de um levantamento de práticas significativas e respetiva partilha", não foi feito nenhum avanço, mantendo-se, tal como no ano anterior, sem qualquer registo.

A medida 2.3 refere-se à "Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas" e envolve diferentes grupos de titulares dos poderes políticos. A ação 2.3.1, que se concentra em ações com "titulares dos poderes políticos de diversos patamares nacionais", registou 18 ações, um valor muito próximo do ano anterior (19). A ação 2.3.2, que envolve "membros nacionais dos órgãos políticos europeus", não registou nenhuma ação, à semelhança do ano anterior. Já a ação 2.3.3, que inclui "entidades com capacidade de concertação para a melhoria das políticas", manteve o mesmo número de ações do ano anterior (12).

Relativamente à medida 2.4, que pressupõe o "Envolvimento dos meios de comunicação social", importa assinalar uma melhoria face ao ano anterior. A ação 2.4.1 "realização de ações de ED com profissionais de meios da comunicação social" registou 1 ação, uma a mais do que no ano anterior. A ação 2.4.2 "publicação de conteúdos sobre ED em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais" registou um aumento muito expressivo, passando de 4 para 23 ações.

No que concerne à medida 2.5, dedicada à "Participação internacional", ambas as ações registaram valores superiores aos do ano anterior. A ação 2.5.1, relativa à "participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos fora de Portugal", apresentou um aumento de 4 ações (de 20 para 24). Já a ação 2.5.2, referente à "participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos em Portugal, com participação de pessoas e organizações de outros países e organizações internacionais", registou um notável aumento de 32 ações (de 29 para 61), o que é de realçar.

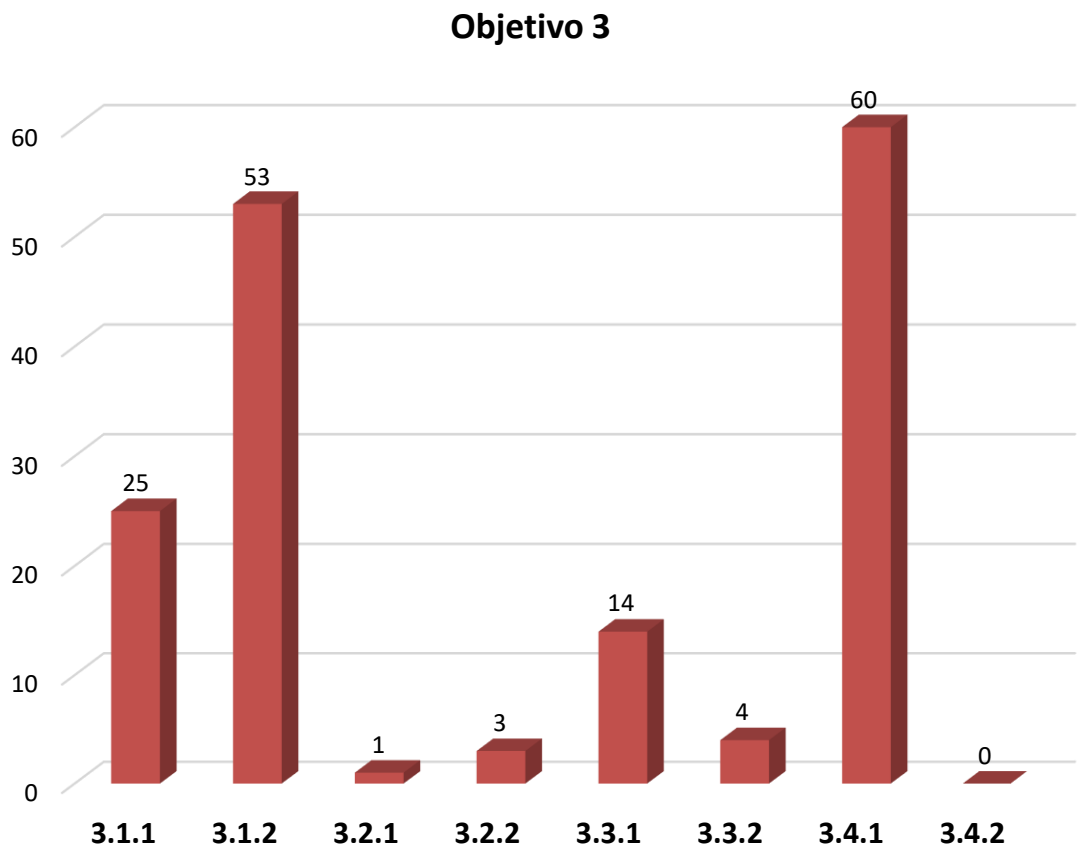


	ESPA	Associadas da ARIPESE	Associadas da PPONGD
Projeto ED	8	50	364
Outro tipo de projeto	48	34	353
Não inseridas em Projeto	52	8	13

Quanto à integração ou não em projeto, e em que tipo de projeto em que as ações se inserem, podemos verificar que, relativamente ao objetivo 2, as ONGD reportam 730 das 930 ações contabilizada, correspondendo a 78,5% do total, o que evidência o contributo significativo para a implementação deste objetivo. Mantém-se a predominância das associadas da PPONGD na implementação de ações inseridas em projetos de ED, com um aumento significativo face ao ano anterior (364 ações, comparativamente às 299 de 2024). As associadas da ARIPESE registaram também um crescimento assinalável nesta tipologia, com 50 ações em projetos de ED, face às 20 do ano anterior. Já as ESPA apresentaram uma evolução distinta, tendo havido uma diminuição das ações especificamente inseridas em projetos de ED (de 21 para 8), mas verificou-se, em contrapartida, um forte aumento das ações desenvolvidas no âmbito de outro tipo de projeto (de 15 para 48). No conjunto, o número de ações não inseridas em projeto reduziu-se de forma expressiva nos três grupos de entidades (ESPA: de 159 para 52; ARIPESE: de 84 para 8; PPONGD: de 17 para 13). Desta forma, é de sublinhar que a maioria das ações reportadas foram desenvolvidas no seio de algum tipo de projeto, numa proporção ainda mais elevada do que no ano anterior.

○ Objetivo 3

Afirmar a importância e promover a transversalização da ED



Para o objetivo 3, foram reportadas 160 ações, o que corresponde a 12% do total, dedicadas a "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED". À semelhança do ano anterior, ambas as ações da medida 3.1, que prevê o "Reconhecimento formal da ED" "por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local" (3.1.1) e "por parte de entidades públicas e da sociedade civil" (3.1.2), mantiveram exatamente o mesmo volume de registos do ano anterior (25 e 53 ações, respetivamente). Também a ação 3.4.1 "mobilização pelas ESPA e respetivas associadas de recursos afetos expressamente a ED" se mantém como uma das ações com maior volume, tendo registado inclusive um ligeiro aumento face ao ano anterior (60 ações, comparativamente às 52 de 2024), com uma diferença significativa em relação às demais ações do mesmo objetivo.

Os órgãos do poder local que reconhecem formalmente a ED nos seus documentos estratégicos e operacionais (3.1.1) referem-se aos 22 municípios pertencentes à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD) que subscreveram o Plano de

Ação das ENED 2025-2030[15], mais três que não pertencem a esta rede. Os dados inseridos na ação 3.1.2 identificam as entidades subscritoras da ENED, que reconhecem formalmente a ED através da subscrição do Plano de Ação da ENED, e outras entidades (ONGD, por exemplo) que implementam projetos de ED apoiadas pelo Camões, I.P. e/ou pela Comissão Europeia.

Na medida 3.2, dedicada à "Articulação nacional na tomada de decisões", registou-se uma quebra acentuada no número de ações na tipologia 3.2.1, de realização de reuniões com a presença de atores políticos e quadros diretivos das ESPA, que passou de 14 para 1 ação. Já a tipologia 3.2.2, de inclusão do tema da ED em reuniões e documentos de estruturas de iniciativa governamental, registou um ligeiro aumento, de 1 para 3 ações.

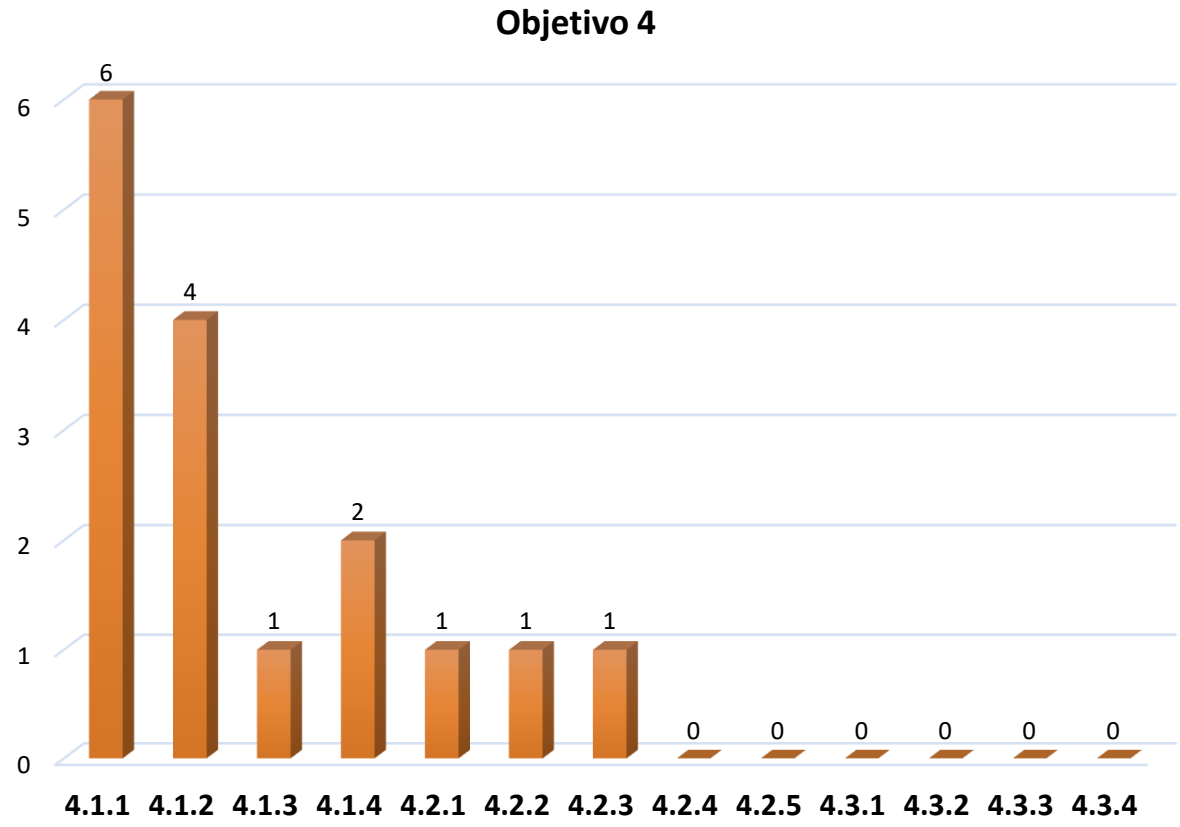
A medida 3.3, dedicada à "Articulação internacional na tomada de decisões", registou, na tipologia de ação 3.3.1, a participação em 14 reuniões, um aumento significativo em comparação com o ano anterior (5 reuniões). Na tipologia de ação 3.3.2, elaboração de documentos relacionados com as reuniões da ação anterior, registam-se 4 documentos, mantendo-se o mesmo número do ano anterior.

Relativamente às ações decorridas no âmbito da medida 3.4, voltada para a "Mobilização de recursos adequados à intervenção", foram registadas 60 ações de mobilização de recursos afetos expressamente a ED (3.4.1), um valor superior ao do ano anterior (52 ações), e nenhuma ação de mobilização pelas ESPA de outros recursos para ED (3.4.2), face à única ação registada em 2024, verificando-se aqui uma quebra face ao ano anterior.

[15] Alfândega da Fé, Amadora, Cascais, Estarreja, Faro, Fundão, Grândola, Loures, Maia, Marinha Grande, Matosinhos, Miranda do Corvo, Moita, Odivelas, Oeiras, Ourém, Palmela, Seixal, Setúbal, Torres Vedras e Vila Nova de Poiares.

○ Objetivo 4

Consolidar a implementação da ENED



O objetivo 4 está direcionado para a "Consolidação da implementação da ENED" e apresentou um reporte de 16 ações (1% do total), mantendo-se, dada a sua natureza, o objetivo com menos ações realizadas. Apesar deste facto, este objetivo registou um aumento de 6 ações comparativamente ao ano anterior.

No âmbito da medida 4.1, que prevê o "Modelo institucional" de funcionamento, verifica-se um desempenho superior face ao ano passado: i) a ação 4.1.1, "realização de sessões de trabalho colaborativo da Comissão de Acompanhamento da ENED (CA)", registou 6 ações, mais uma do que em 2024; ii) a ação 4.1.2, focada na "realização de sessões de trabalho colaborativo das ESPA", registou 4 ações, o que representa um aumento de 3 ações em relação a 2024; iii) e a ação 4.1.4, que trata da “partilha de informação-síntese relevante sobre a execução da ENED”, regista mais uma ações face a 2024. O secretariado criado em 2019 continuou em funcionamento, de acordo com o expectável (4.1.3).

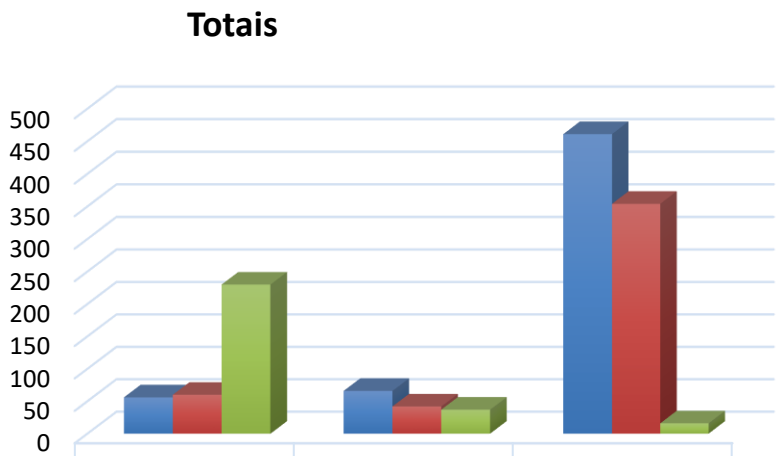
A medida 4.2 prevê o estabelecimento de um "Sistema de acompanhamento". A ação 4.2.1, "elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED", é cumprida com a elaboração do presente relatório. Foi criada e esteve em funcionamento a plataforma de recolha e partilha de informações sobre a implementação da ENED - http://www.ened-portugal.pt (ação 4.2.2). Já a ação 4.2.3, que no ano anterior não tinha registado qualquer ação, registou este ano 1 ação.

Para todas as outras ações da medida 4.2 e da medida 4.3 (cultura de avaliação na ENED), não se registaram ações, à semelhança do ano anterior.

O objetivo 4, dado o seu caráter focado na criação e implementação de mecanismos e dispositivos que garantam o funcionamento da ENED, sendo um objetivo de natureza mais operacional, está apenas a cargo da CA e de outras ESPA e não obedece a uma lógica de ações inseridas em projeto.

○ Análise por projeto

Uma vez que este documento estratégico está elaborado em termos de “ações”, poderia correr-se o risco de se perder informação relativa à existência de projetos de ED. Não relegando para segundo plano a existência de ações avulsas, considera-se fundamental ter uma ideia global do número de ações reportadas no âmbito de projetos de ED, as quais representam um número expressivo, como se pode ver no gráfico seguinte.



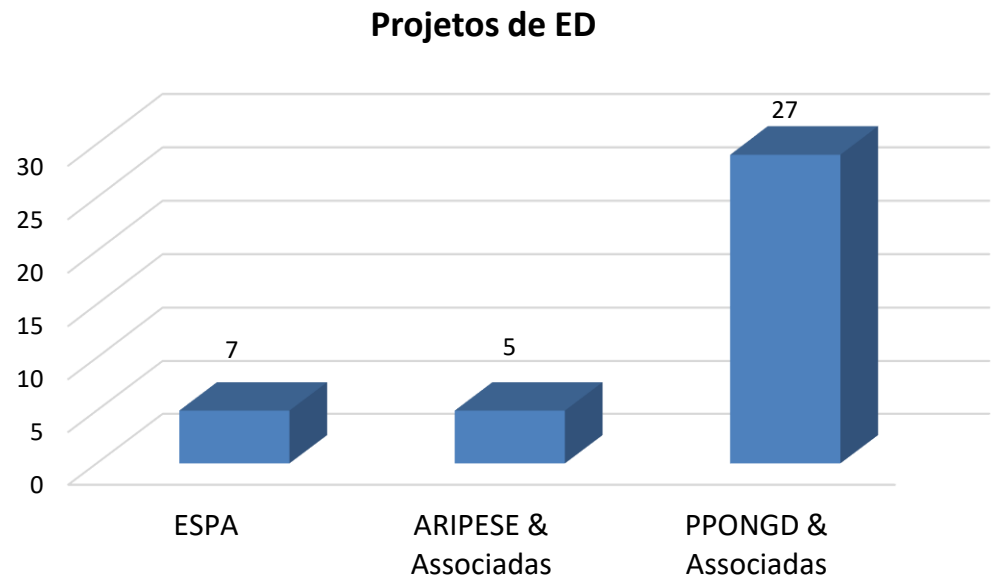
	ESPA	Associadas da ARIPESE	Associadas da PPONGD
Projeto ED	56	66	461
Outro tipo de projeto	60	42	354
Não inseridas em Projeto	230	37	16

Como referido em relatórios anteriores, considera-se fundamental analisar a informação relativa a projetos organizados devido a várias assunções: de que estes conferem às atividades realizadas um tipo de enquadramento mais intencional e uma integração numa visão estruturada por parte dos atores implicados na sua implementação; são intervenções mais prolongadas no tempo, permitindo um maior nível de aprofundamento das temáticas, uma maior concertação das atividades e um envolvimento maior quer dos parceiros quer dos e das participantes; a existência de dispositivos de apoio financeiro à ED, dimensão contemplada pela ENED; e, por tudo isto, têm, potencialmente, um impacto diferente, seja em todos os atores envolvidos, seja no seu objetivo último de contribuir para a transformação social.

Analisando os totais das ações reportadas, verifica-se que 1039 ações (79% do total) foram desenvolvidas no âmbito de algum tipo de projeto, 583 em projetos de ED e 456 noutro tipo de projeto, enquanto 283 ações (21%) não se encontravam inseridas em qualquer projeto. Trata-se de uma evolução positiva face a 2024, ano em que as ações fora de projeto representavam uma fatia maior do total (39%). Esta melhoria é particularmente visível junto das ESPA e das associadas da ARIPESE, cujo peso de ações não inseridas em projeto diminuiu substancialmente (as ESPA passaram de 320 para 230 ações fora de projeto, e a ARIPESE de 121 para 37), ao passo que as associadas da PPONGD mantêm, como já vinha a acontecer, uma predominância muito clara de ações desenvolvidas em projetos de ED e noutro tipo de projeto (815 das suas 831 ações, ou seja, 98%).

Identificam-se, assim, quantos e que projetos de ED enquadram as ações reportadas enquanto tal[16].

[16] Para mais informações sobre os projetos de ED reportados, consultar Anexo 4 “Apresentação dos projetos de ED reportados”.



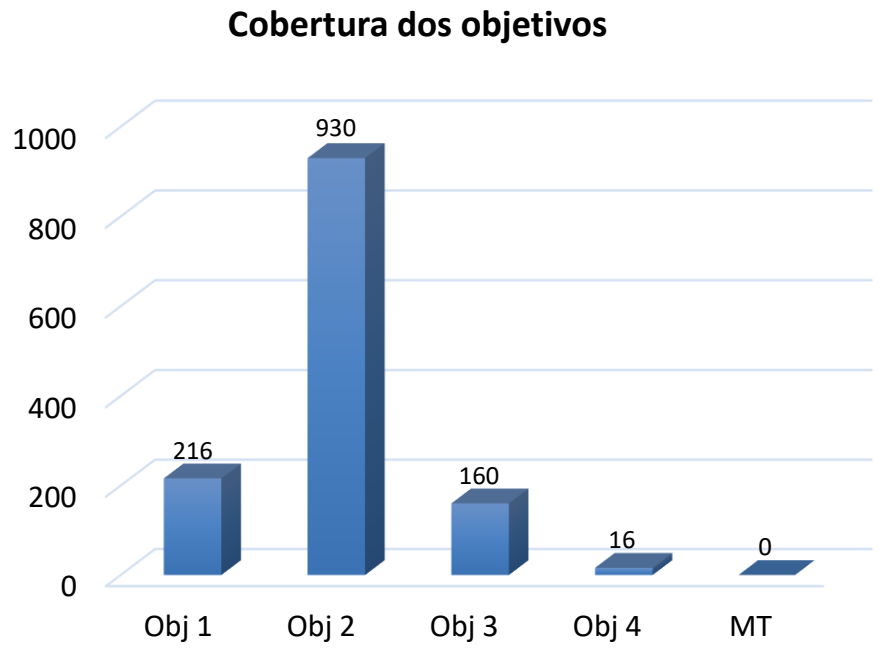
Após uma análise detalhada dos dados, foi possível identificar 27 projetos de ED implementados pela Plataforma das ONGD e suas associadas, 5 implementados pelas associadas da ARIPESE e 7 pelas restantes ESPA. Comparativamente a 2024 (39, 13 e 12 projetos, respetivamente), verifica-se uma diminuição do número de projetos de ED em todas as tipologias de entidades. As restantes ESPA continuam a apresentar o valor mais baixo, o que poderá dever-se à não abertura do Mecanismo de Financiamento para a implementação da ENED por parte destas entidades.

Mantém-se a necessidade, identificada aquando da elaboração dos relatórios anteriores, de incluir, nas futuras sessões de capacitação sobre a ENED, a discussão conjunta, com vista a uma melhor definição do que é considerado, neste enquadramento, projeto de ED.

3 – Cobertura dos objetivos, medidas e ações

○ Cobertura global dos objetivos

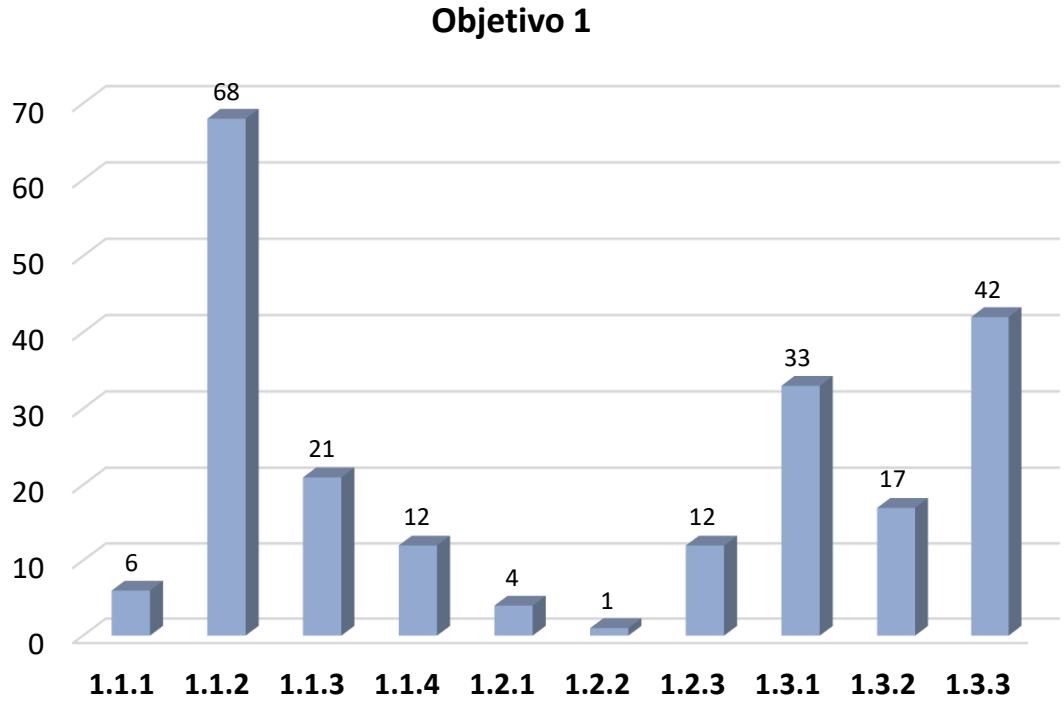
Inicia-se a análise da implementação da atual ENED por uma leitura dos dados globais, ao nível dos objetivos.



À semelhança dos anos anteriores, o volume da cobertura geral dos objetivos manteve-se, com o objetivo 2 a apresentar o maior número de ações desenvolvidas (930 ações), seguido pelo objetivo 1 (216 ações), o objetivo 3 (160 ações) e, por fim, o objetivo 4 (16 ações). Importa referir que estes números não devem ser comparados diretamente entre si, pois o número de ações estimadas varia conforme a tipologia/natureza de cada objetivo. É também de realçar que as entidades intervenientes e participantes variam conforme os objetivos devido à sua especificidade. Em 2025, relativamente às Medidas Transversais, não se registou a concretização de qualquer ação no âmbito das mesmas.

○ Objetivo 1

Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de Educação para o Desenvolvimento



Como referido anteriormente, o objetivo 1 recolhe 216 ações reportadas, o que corresponde a 16% do total. A partir da análise do gráfico anterior, observa-se uma alteração relativamente à tendência dos anos anteriores, a medida 1.1 dedicada à *Formação de agentes educativos*, composta por quatro ações (1.1.1, 1.1.2, 1.1.3 e 1.1.4) é a que agora concentra o maior número de ações reportadas dentro deste objetivo (107 ações no total), ultrapassando a medida 1.3 dedicada à *Produção de conteúdos e recursos* (92 ações), que nos anos anteriores liderava esta distribuição.

A ação 1.1.2, focada na *realização de ações de formação contínua de docentes de todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação, da educação pré-escolar ao ensino superior em matéria de ED*, é a ação mais implementada neste objetivo, tendo registado um aumento de 17 ações face a 2024 (68 ações, contra 51). Ainda nesta linha de superação, destaca-se, na mesma medida, a ação 1.1.1 dedicada à *formação inicial de docentes*, que regista um ligeiro aumento, passando de 4 para 6 ações. Também a ação 1.1.3, dedicada à *formação inicial de educadores e educadoras e formadores e formadoras*, apresenta um crescimento assinalável, passando de 13 para 21 ações. Em sentido contrário, a ação 1.1.4 dedicada à

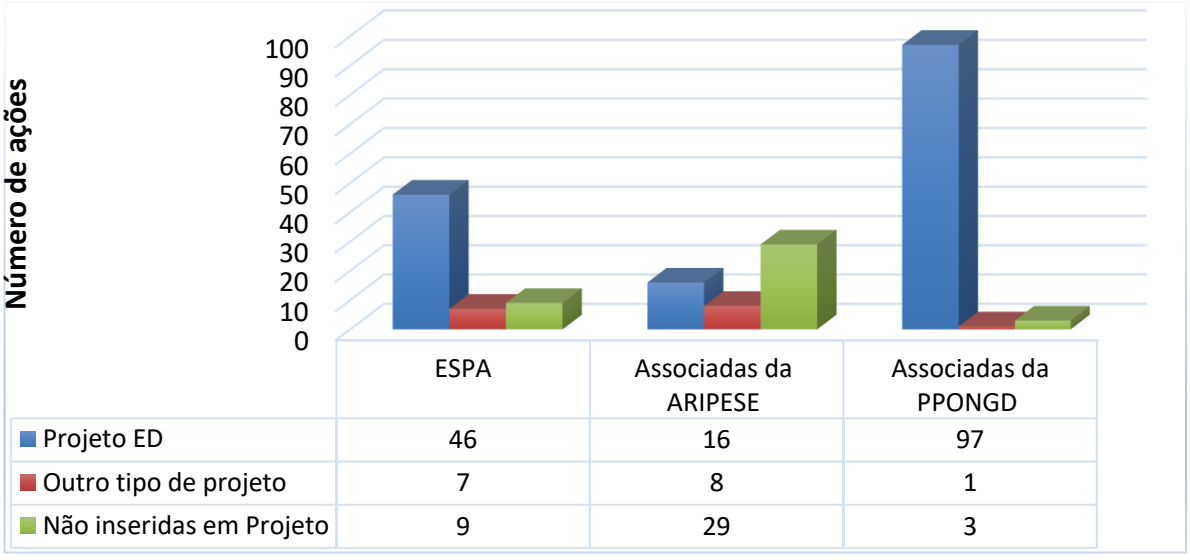
realização de ações de formação contínua de educadores e educadoras e formadores e formadoras de qualquer setor de atividade, em matéria de ED regista uma ligeira diminuição, passando de 13 para 12 ações.

Quanto à medida 1.3, dedicada à *Produção de conteúdos e recurso*, verifica-se uma redução transversal às suas três ações: a ação 1.3.1, dedicada à *produção de recursos educativos e conteúdos*, desce de 67 para 33 ações, a ação 1.3.2, de *produção de conteúdos científicos*, desce de 23 para 17 ações e a ação 1.3.3, referente à *disseminação de conteúdos e recursos produzidos* nas ações anteriores, desce, consequentemente, de 84 para 42 ações. Ainda assim, a ação 1.3.3 mantém-se como a segunda mais reportada do objetivo.

A medida 1.2, *Capacitação de organizações*, mantém-se, globalmente, como a menos reportada no âmbito do objetivo. Dentro desta medida, a ação 1.2.1 regista um ligeiro aumento, passando de 2 para 4 ações, e a ação 1.2.3 apresenta também uma ligeira subida, de 9 para 12 ações. Já a ação 1.2.2 destaca-se pela tendência inversa, com uma quebra acentuada de 8 para apenas 1 ação reportada, tornando-se a de menor expressão em todo o objetivo.

Apesar de, como explicado anteriormente, a unidade de reporte ser a *ação*, considera-se importante analisar os dados recolhidos quanto à sua integração ou não em projeto e em que tipo de projeto – ação inserida em projeto ED, ação inserida noutro tipo de projeto ou ação não inserida em projeto –, uma vez que permite observar como se relaciona o número de reportes preenchidos com os principais atores da sua implementação e perceber a existência de projetos em ED, implementados por entidades de diferentes naturezas.

Objetivo 1

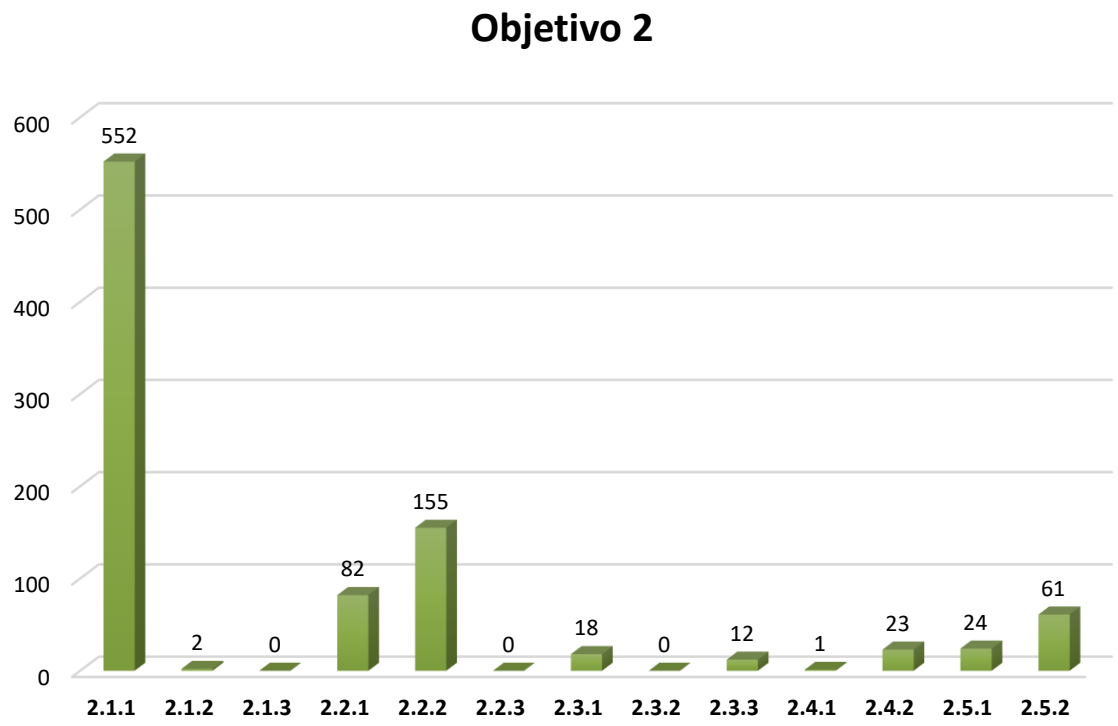


	ESPA	Associadas da ARIPESE	Associadas da PPONGD
Projeto ED	46	16	97
Outro tipo de projeto	7	8	1
Não inseridas em Projeto	9	29	3

Estes dados permitem perceber, para o objetivo 1, um aumento significativo das ações inseridas em projetos de ED reportadas pelas ESPA face ao ano anterior (em 2024 foram reportadas 18 ações, ao passo que em 2025 foram reportadas 46 ações, um acréscimo de 28 ações). Os valores reportados pelas associadas da PPONGD, apesar de inferiores aos do ano anterior (97 ações em 2025 face às 142 em 2024), mantêm-se os mais expressivos entre os três grupos de entidades, evidenciando a manutenção do papel relevante das ONGD associadas na implementação de projetos de ED nesta área. Por outro lado, é de salientar a diminuição das ações não inseridas em projeto por parte das associadas da ARIPESE (29 face às 38 de 2024), a par de uma ligeira redução das ações inseridas em projetos de ED (16 face às 18 do ano anterior), ao passo que as ações inseridas noutro tipo de projeto registaram um ligeiro aumento (8 face às 5 de 2024).

- Objetivo 2

Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED



Para o objetivo 2, foram reportadas 930 ações, o que corresponde a 71% do total, dedicadas a "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED". Obtém-se, desta forma, um saldo positivo em relação ao ano anterior (764 ações).

À semelhança do observado no ano anterior, mas verificando-se uma alteração no número absoluto de reportes, as ações 2.1.1 "promoção de projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação" e 2.2.2 "realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED, por outras organizações" mantêm-se como as ações que apresentam um maior volume (552 e 155, respetivamente), com uma margem de diferença significativa em relação às demais ações do mesmo objetivo.

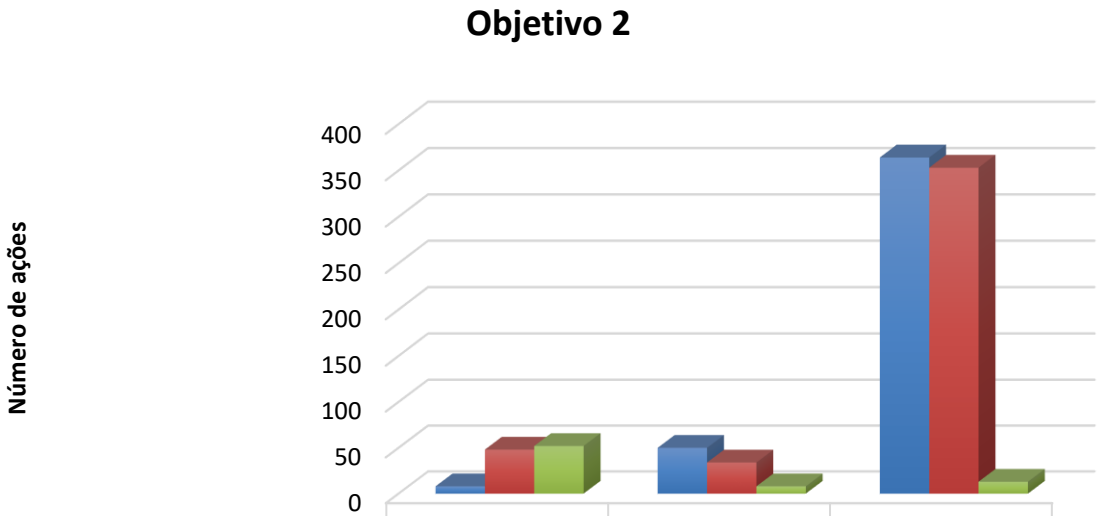
Relativamente à medida 2.1, "Reforço da integração da ED no sistema educativo", destaca-se o crescimento muito acentuado da ação 2.1.1, que passou de 266 ações em 2024 para 552 em 2025. Em sentido contrário, a ação 2.1.2, de realização de sessões de divulgação do Referencial de ED, registou uma ligeira quebra, com 2 ações este ano, face às 4 do ano anterior. Já a ação 2.1.3 "elaboração e divulgação de um levantamento de unidades curriculares que integram abordagens de ED no ensino superior" manteve-se sem qualquer registo, à semelhança do que já se verificava no ano anterior.

Quanto à medida 2.2, de "Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal", dedicada à realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED, quer por organizações de cúpula (2.2.1), quer por outras organizações (2.2.2), apresenta resultados inferiores aos do ano anterior (menos 74 e 99 ações, respetivamente). Relativamente à ação 2.2.3, "elaboração de um levantamento de práticas significativas e respetiva partilha", não foi feito nenhum avanço, mantendo-se, tal como no ano anterior, sem qualquer registo.

A medida 2.3 refere-se à "Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas" e envolve diferentes grupos de titulares dos poderes políticos. A ação 2.3.1, que se concentra em ações com "titulares dos poderes políticos de diversos patamares nacionais", registou 18 ações, um valor muito próximo do ano anterior (19). A ação 2.3.2, que envolve "membros nacionais dos órgãos políticos europeus", não registou nenhuma ação, à semelhança do ano anterior. Já a ação 2.3.3, que inclui "entidades com capacidade de concertação para a melhoria das políticas", manteve o mesmo número de ações do ano anterior (12).

Relativamente à medida 2.4, que pressupõe o "Envolvimento dos meios de comunicação social", importa assinalar uma melhoria face ao ano anterior. A ação 2.4.1 "realização de ações de ED com profissionais de meios da comunicação social" registou 1 ação, uma a mais do que no ano anterior. A ação 2.4.2 "publicação de conteúdos sobre ED em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais" registou um aumento muito expressivo, passando de 4 para 23 ações.

No que concerne à medida 2.5, dedicada à "Participação internacional", ambas as ações registaram valores superiores aos do ano anterior. A ação 2.5.1, relativa à "participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos fora de Portugal", registou um aumento de 4 ações (de 20 para 24). Já a ação 2.5.2, referente à "participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos em Portugal, com participação de pessoas e organizações de outros países e organizações internacionais", registou um notável aumento de 32 ações (de 29 para 61), o que é de realçar.

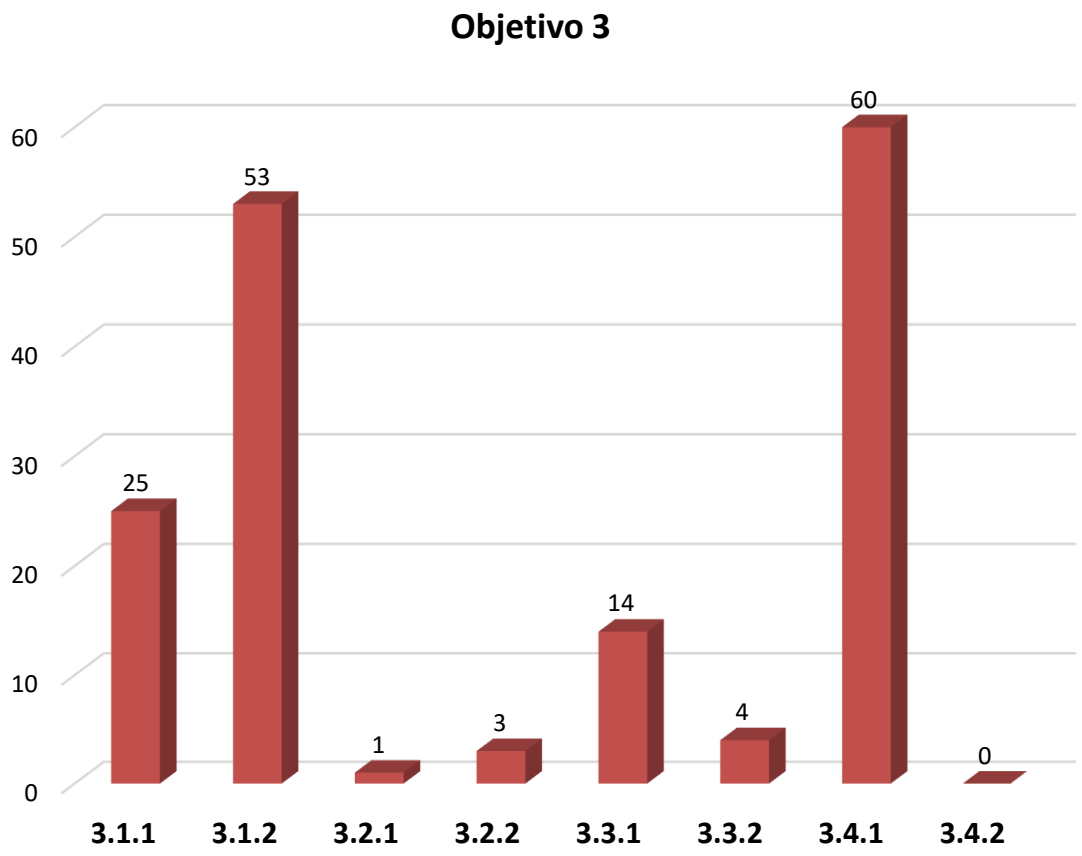


	ESPA	Associadas da ARIPESE	Associadas da PPONGD
Projeto ED	8	50	364
Outro tipo de projeto	48	34	353
Não inseridas em Projeto	52	8	13

Quanto à integração ou não em projeto, e em que tipo de projeto em que as ações se inserem, podemos verificar que, relativamente ao objetivo 2, as ONGD reportam 730 das ações contabilizadas, correspondendo a 78,5% do total, o que evidência o contributo significativo para a implementação deste objetivo. Mantém-se a predominância das associadas da PPONGD na implementação de ações inseridas em projetos de ED, com um aumento significativo face ao ano anterior (364 ações, comparativamente às 299 de 2024). As associadas da ARIPESE registaram também um crescimento assinalável nesta tipologia, com 50 ações em projetos de ED, face às 20 do ano anterior. Já as ESPA apresentaram uma evolução distinta, com diminuição das ações especificamente inseridas em projetos de ED (de 21 para 8), mas, em contrapartida, verificou-se um forte aumento das ações desenvolvidas no âmbito de outro tipo de projeto (de 15 para 48). No conjunto, o número de ações não inseridas em projeto reduziu-se de forma expressiva nos três grupos de entidades (ESPA: de 159 para 52; ARIPESE: de 84 para 8; PPONGD: de 17 para 13). Desta forma, é de sublinhar que a maioria das ações reportadas foi desenvolvida no seio de algum tipo de projeto, numa proporção ainda mais elevada do que no ano anterior.

○ Objetivo 3

Afirmar a importância e promover a transversalização da ED



Para o objetivo 3, foram reportadas 160 ações, o que corresponde a 12% do total, dedicadas a "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED". À semelhança do ano anterior, ambas as ações da medida 3.1, que prevê o "Reconhecimento formal da ED" "por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local" (3.1.1) e "por parte de entidades públicas e da sociedade civil" (3.1.2), mantiveram exatamente o mesmo volume de registos do ano anterior (25 e 53 ações, respetivamente). Também a ação 3.4.1, "mobilização pelas ESPA e respetivas associadas de recursos afetos expressamente a ED", mantém-se como uma das ações com maior volume, tendo registado, inclusive, um ligeiro aumento face ao ano anterior (60 ações, comparativamente às 52 de 2024), com uma diferença significativa em relação às demais ações do mesmo objetivo.

Os órgãos do poder local que reconhecem formalmente a ED nos seus documentos estratégicos e operacionais (3.1.1) referem-se aos 22 municípios pertencentes à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD) que subscreveram o Plano de

Ação das ENED 2025-2030[17], mais três que não pertencem a esta rede. Os dados inseridos na ação 3.1.2 identificam as entidades subscritoras da ENED, que reconhecem formalmente a ED através da subscrição do Plano de Ação da ENED, e outras entidades (ONGD, por exemplo) que implementam projetos de ED apoiadas pelo Camões, I.P. e/ou pela Comissão Europeia.

Na medida 3.2, dedicada à "Articulação nacional na tomada de decisões", registou-se uma quebra acentuada no número de ações na tipologia 3.2.1, de realização de reuniões com a presença de atores políticos e quadros diretivos das ESPA, que passou de 14 para 1 ação. Já a tipologia 3.2.2, de inclusão do tema da ED em reuniões e documentos de estruturas de iniciativa governamental, registou um ligeiro aumento, passando de 1 para 3 ações.

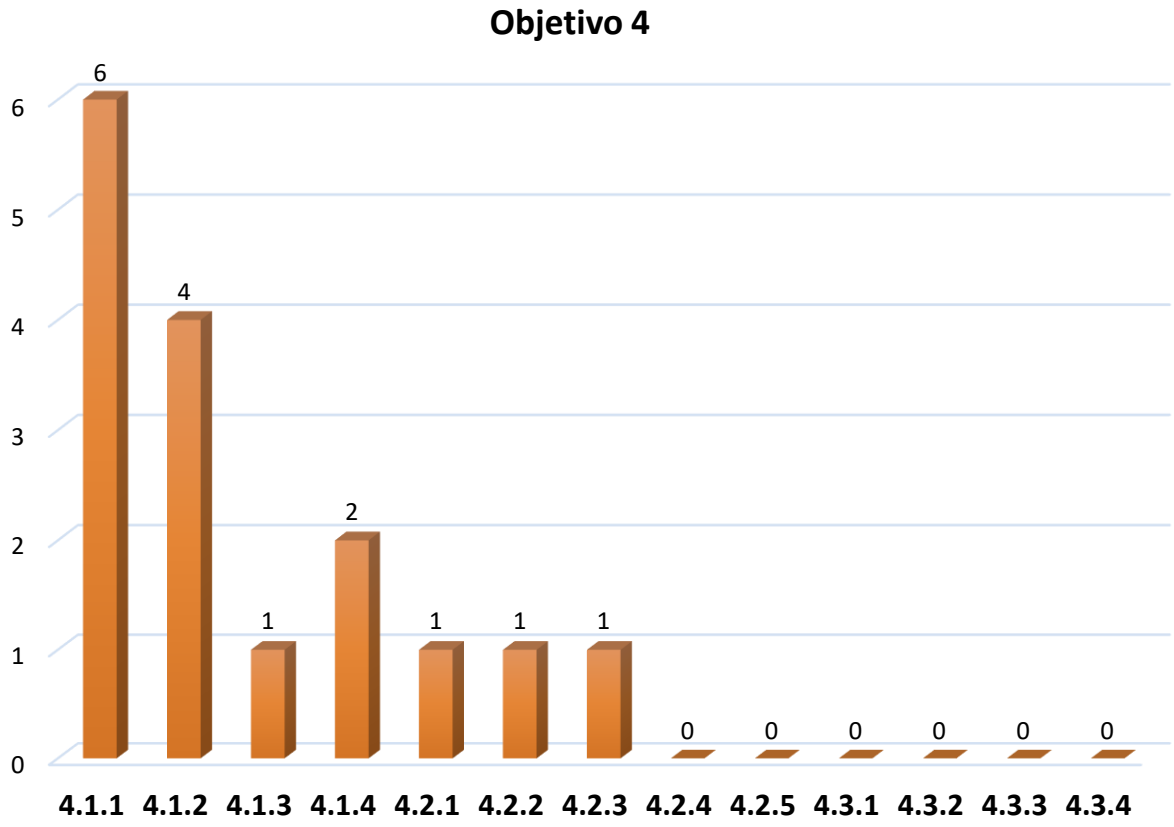
A medida 3.3, dedicada à "Articulação internacional na tomada de decisões", registou, na tipologia de ação 3.3.1, a participação em 14 reuniões, um aumento significativo em comparação com o ano anterior (5 reuniões). Na tipologia de ação 3.3.2, elaboração de documentos relacionados com as reuniões da ação anterior, registam-se 4 documentos, mantendo-se o mesmo número do ano anterior.

Relativamente às ações decorridas no âmbito da medida 3.4, voltada para a "Mobilização de recursos adequados à intervenção", foram registadas 60 ações de mobilização de recursos afetos expressamente à ED (3.4.1), um valor superior ao do ano anterior (52 ações), e nenhuma ação de mobilização, pelas ESPA, de outros recursos para a ED (3.4.2), face à única ação registada em 2024, verificando-se aqui uma quebra face ao ano anterior.

[17] Alfândega da Fé, Amadora, Cascais, Estarreja, Faro, Fundão, Grândola, Loures, Maia, Marinha Grande, Matosinhos, Miranda do Corvo, Moita, Odivelas, Oeiras, Ourém, Palmela, Seixal, Setúbal, Torres Vedras e Vila Nova de Poiares.

○ Objetivo 4

Consolidar a implementação da ENED



O objetivo 4 está direcionado para a "Consolidação da implementação da ENED" e apresentou um reporte de 16 ações (1% do total), mantendo-se, dada a sua natureza, como o objetivo com o menor número de ações realizadas. Apesar deste facto, este objetivo registou um aumento de 6 ações face ao ano anterior.

No âmbito da medida 4.1, que prevê o "Modelo institucional" de funcionamento, verifica-se um desempenho superior face ao ano passado: i) a ação 4.1.1, "realização de sessões de trabalho colaborativo da Comissão de Acompanhamento da ENED (CA)", registou 6 ações, mais uma do que em 2024; ii) a ação 4.1.2, focada na "realização de sessões de trabalho colaborativo das ESPA", registou 4 ações, o que representa um aumento de 3 ações em relação a 2024; iii) e a ação 4.1.4, que trata da “partilha de informação-síntese relevante sobre a execução da ENED”, regista mais uma ações face a 2024. O secretariado criado em 2019 continuou em funcionamento, conforme o esperado (4.1.3).

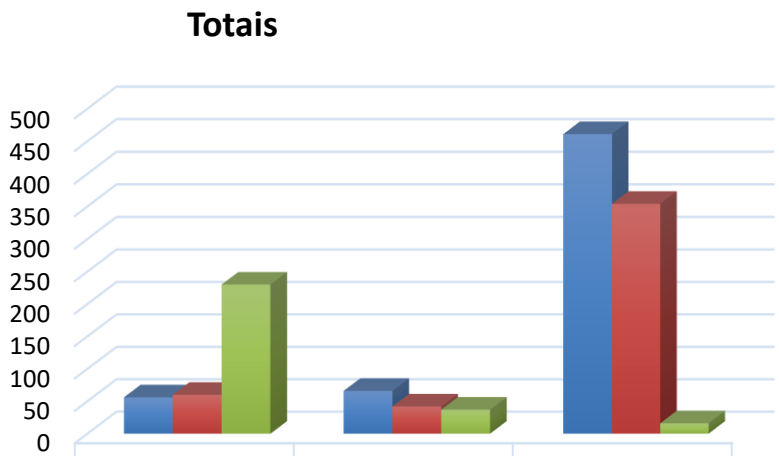
A medida 4.2 prevê o estabelecimento de um "Sistema de acompanhamento". A ação 4.2.1, "elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED", é cumprida com a elaboração do presente relatório. Foi criada e esteve em funcionamento a plataforma de recolha e partilha de informações sobre a implementação da ENED - http://www.ened-portugal.pt (ação 4.2.2). Já a ação 4.2.3, que no ano anterior não tinha registado qualquer ação, registou este ano 1 ação.

Para todas as outras ações da medida 4.2 e da medida 4.3 (cultura de avaliação na ENED), não se registaram ações, à semelhança do ano anterior.

O objetivo 4, dado o seu caráter focado na criação e implementação de mecanismos e dispositivos que garantam o funcionamento da ENED, sendo um objetivo de natureza mais operacional, está apenas a cargo da CA e de outras ESPA e não obedece a uma lógica de ações inseridas em projeto.

○ Análise por projeto

Uma vez que este documento estratégico está elaborado em termos de “ações”, poderia correr-se o risco de se perder informação relativa à existência de projetos de ED. Não relegando para segundo plano a existência de ações avulsas, considera-se fundamental ter uma ideia global do número de ações reportadas no âmbito de projetos de ED, as quais representam um número expressivo, como se pode ver no gráfico seguinte.

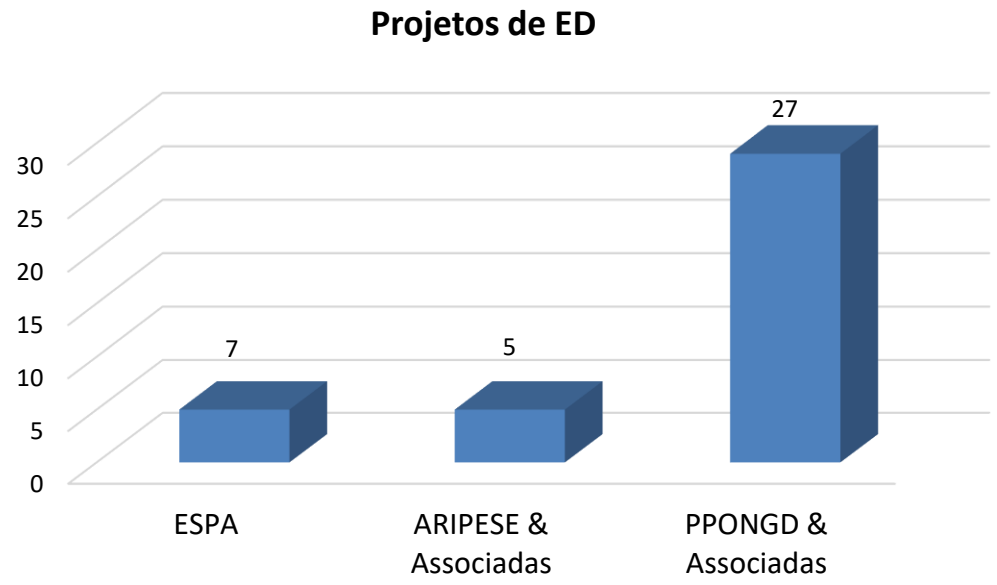


	ESPA	Associadas da ARIPESE	Associadas da PPONGD
Projeto ED	56	66	461
Outro tipo de projeto	60	42	354
Não inseridas em Projeto	230	37	16

Como referido em relatórios anteriores, considera-se fundamental analisar a informação relativa a projetos organizados devido a várias assunções: de que estes conferem às atividades realizadas um tipo de enquadramento mais intencional e uma integração numa visão estruturada por parte dos atores implicados na sua implementação; são intervenções mais prolongadas no tempo, permitindo um maior nível de aprofundamento das temáticas, uma maior concertação das atividades e um envolvimento maior quer dos parceiros quer dos e das participantes; a existência de dispositivos de apoio financeiro à ED, dimensão contemplada pela ENED; e, por tudo isto, têm, potencialmente, um impacto diferente, seja em todos os atores envolvidos, seja no seu objetivo último de contribuir para a transformação social.

Analisando os totais das ações reportadas, verifica-se que 1039 ações (79% do total) foram desenvolvidas no âmbito de algum tipo de projeto, 583 em projetos de ED e 456 noutro tipo de projeto, enquanto 283 ações (21%) não se encontravam inseridas em qualquer projeto. Trata-se de uma evolução positiva face a 2024, ano em que as ações fora de projeto representavam uma fatia maior do total (39%). Esta melhoria é particularmente visível junto das ESPA e das associadas da ARIPESE, cujo peso de ações não inseridas em projeto diminuiu substancialmente (as ESPA passaram de 320 para 230 ações fora de projeto, e a ARIPESE de 121 para 37), ao passo que as associadas da PPONGD mantêm, como já vinha a acontecer, uma predominância muito clara de ações desenvolvidas em projetos de ED e noutro tipo de projeto (815 das suas 831 ações, ou seja, 98%).

No Anexo 4 “Apresentação dos projetos de ED reportados”, identificam-se que projetos de ED enquadram as ações reportadas enquanto tal.



Após uma análise detalhada dos dados, foi possível identificar 27 projetos de ED implementados pela Plataforma das ONGD e suas associadas, 5 implementados pelas associadas da ARIPESE e 7 pelas restantes ESPA. Comparativamente a 2024 (39, 13 e 12 projetos, respetivamente), verifica-se uma diminuição do número de projetos de ED em todas as tipologias de entidades. As restantes ESPA continuam a apresentar o valor mais baixo, o que poderá dever-se à não abertura do Mecanismo de Apoio a Iniciativas para implementação da ENED por parte destas entidades.

Mantém-se a necessidade, identificada aquando da elaboração dos relatórios anteriores, de incluir, nas futuras sessões de capacitação sobre a ENED, a discussão conjunta, com vista a uma melhor definição do que é considerado, neste enquadramento, um projeto de ED.

4 – Análise dos indicadores por objetivo e por dimensão

Neste apartado, e a exemplo dos relatórios anteriores, proceder-se-á à análise dos dados de cada objetivo, aferindo os **indicadores gerais** que se encontram no Plano de Ação e os **indicadores específicos** para cada medida ou ação apresentados no documento "Notas Explicativas" que acompanha a ENED 2018-2022, bem como o seu Plano de Ação, e que respondem às dimensões identificadas anteriormente – participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

Segundo o documento supracitado, o objetivo desta análise é "qualificar e contextualizar a concretização de cada medida, no sentido de se obter informação que permita tirar conclusões do contributo das ações realizadas para a transformação da sociedade (…)" (Notas explicativas, p. 1).

Mantém-se a estrutura de análise por objetivo, já que os indicadores gerais e específicos não são idênticos para todos os objetivos e que a tipologia de ações em cada um dos objetivos é muito diversa. Desta forma fica mais clara a caracterização das ações decorrentes no âmbito de cada um.

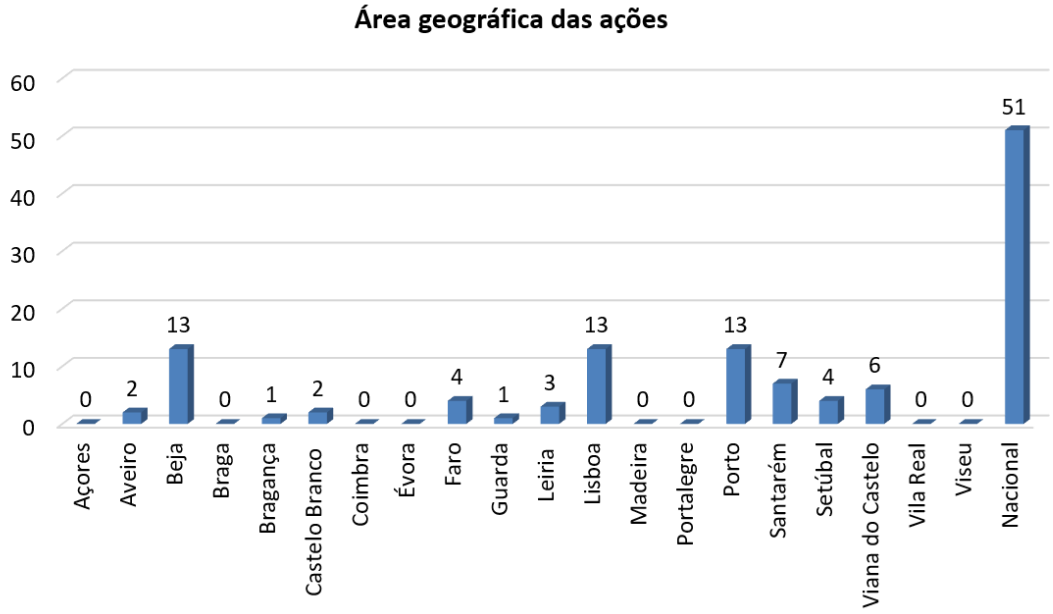
o Objetivo 1

Como pudemos verificar anteriormente, no objetivo 1 "Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED" foi reportado um total de 216 ações.

Recorda-se que este objetivo é composto por 3 medidas:

- ✓ **Medida 1.1** – Formação de agentes educativos
- ✓ **Medida 1.2** – Capacitação de organizações
- ✓ **Medida 1.3** – Produção de conteúdos e recursos

No gráfico seguinte pode verificar-se a **distribuição geográfica** de 100 das ações reportadas[18].

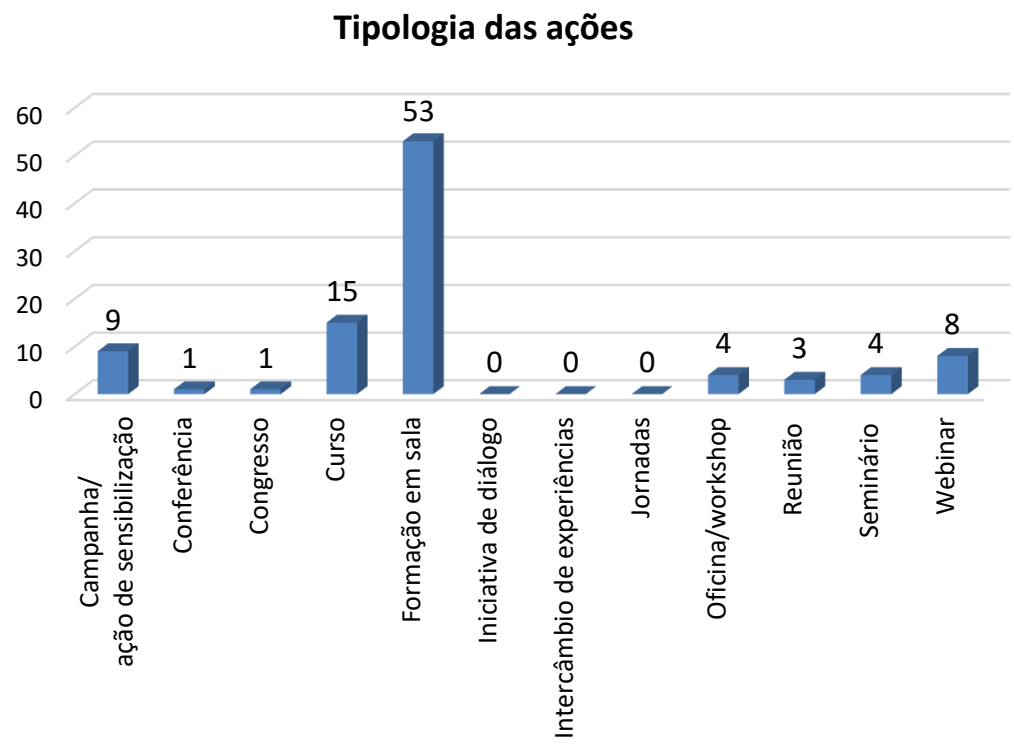


Pela primeira vez, Lisboa não aparece isoladamente como o distrito com maior número de ações desenvolvidas, tendo Beja e o Porto apresentado o mesmo valor. A alguma distância, apresentam-se Santarém (com 7 reportes), Viana do Castelo (com 6), Setúbal e Faro (ambos com 4), Leiria (3), Aveiro e Castelo Branco (2), Bragança e Guarda (1). Mantém-se a expressividade do reporte de ações de caráter nacional (51 reportes), que tem adquirido maior relevo a cada ano. Note-se que também se mantém o crescimento do número de distritos sem ações reportadas para este objetivo (distritos de Braga, Coimbra, Évora, Portalegre, Vila Real, Viseu e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira).

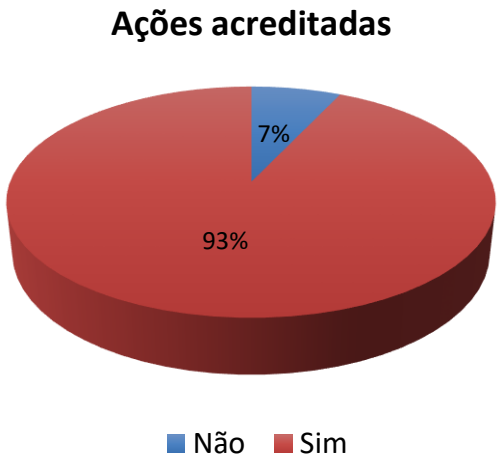
Relativamente à **tipologia das ações** desenvolvidas[19], observa-se a manutenção da preponderância dos formatos Formação em sala e Curso. De realçar o aumento do número de reportes das tipologias Campanha/ação de sensibilização e Webinar. O número de menções à categoria "outras" (5), é idêntico ao do ano anterior, com referências como "saídas de campo" e "prática profissional/estágio".

[18] Dados recolhidos em todas as ações da medida 1.1 e 1.2.

[19] Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.2.3.

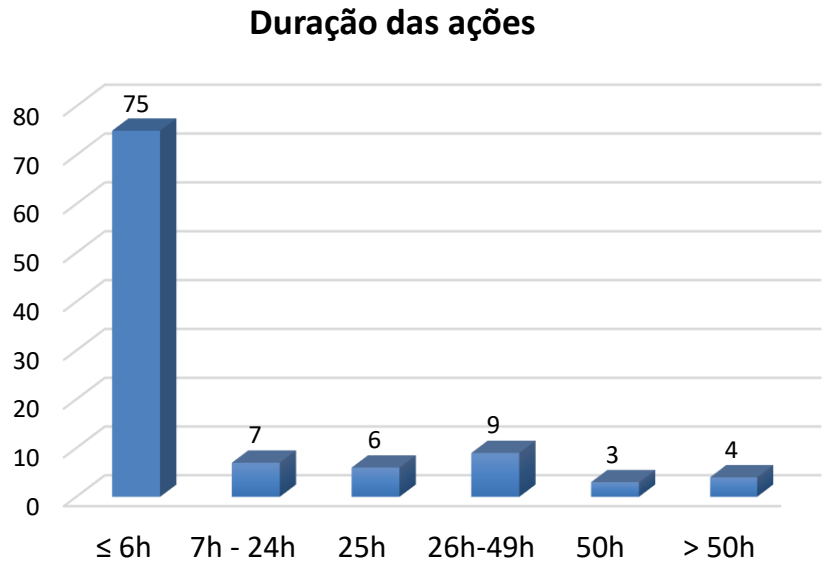


No que se refere especificamente à ação 1.1.2 "realização de ações de formação contínua de docentes de todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação, da educação pré-escolar ao ensino superior em matéria de ED", foi reportado um total de 68 ações, das quais 53 (93%) são ações **acreditadas** por entidades competentes para o efeito e 4 (7%) não acreditadas. Não temos dados para 11 das ações reportadas. Salienta-se o aumento do número de ações reportadas e a relevância da acreditação.



Em relação ao número de ações **certificadas**[20], indicador específico das ações 1.1.3 e 1.1.4, de formação inicial e contínua de educadores/as e formadores/as de qualquer setor de atividade, verificou-se que 8 ações foram certificadas e 8 não foram.

Estas ações, desenvolvidas no âmbito do objetivo 1, tiveram **durações** variáveis. Dos 100 reportes[21] que apresentaram dados para este indicador específico (e que se podem conferir no gráfico abaixo), salientamos que o maior número de ações teve duração igual ou inferior a 6 horas (como já verificado nos anos anteriores), ou seja, ações de curta duração. De referir, no entanto, que 22 ações têm 25 ou mais horas.



Em relação à medida 1.1.2, relativa à formação contínua de docentes, do total de 68 ações reportadas (das quais 7 não reportam este dado), 53 foram de curta duração. Com 25 horas ou mais, foram reportadas 5 ações.

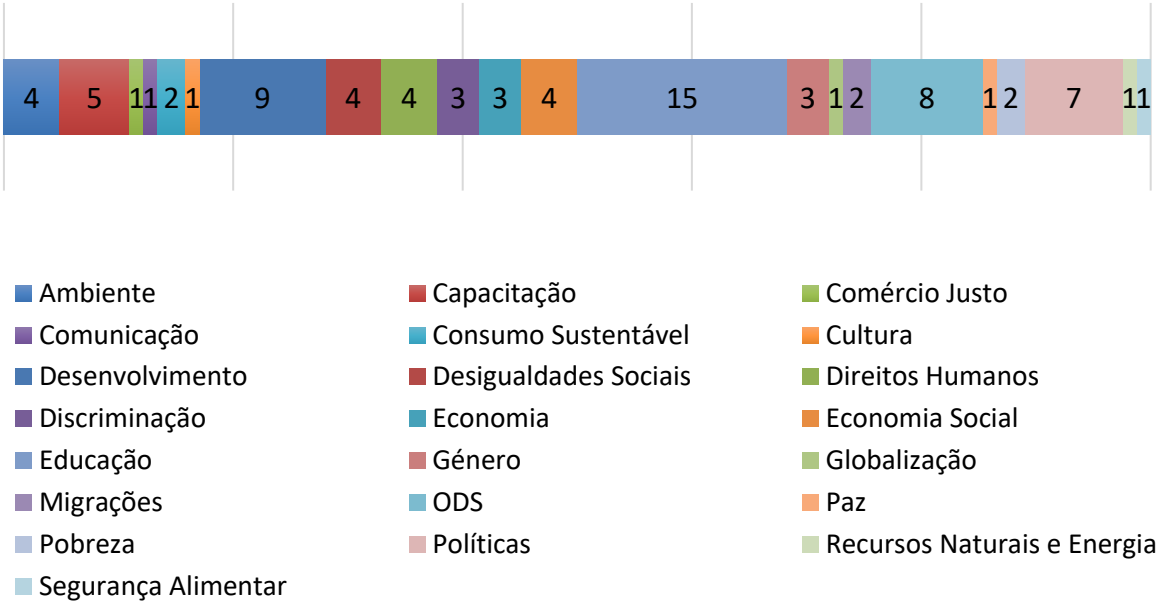
Quanto ao envolvimento das ESPA e suas associadas na organização das ações respeitantes à formação inicial e contínua de docentes, educadores/as e formadores/as, às ações de

[20] De acordo com o glossário que acompanha a ENED, "aquelas que respeitam um conjunto de requisitos e deveres que definem a qualidade da prestação do serviço de formação da entidade formadora, de acordo com a Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 208/2013, de 26 de junho, que regula o sistema de certificação inserida na política de qualidade dos serviços das entidades formadoras, gerido pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho e o regime supletivo de certificação regulada por legislação setorial, gerido por diversas entidades setoriais."

[21] Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3.

capacitação e à produção de recursos e conteúdos sobre ED[22], é possível identificar as entidades envolvidas entre os seguintes **setores de atividade**:

Setor de atividades das entidades organizadoras



Como referido em relatórios anteriores, os dados aqui apresentados têm responsabilidade mista – alguns são das próprias entidades, outros, das autoras. Importa ainda salientar que cada entidade poderia escolher mais do que um setor de atividade, razão pela qual o número total de contributos não corresponde ao número total de entidades que reportaram nestas ações.

Da análise do gráfico verifica-se, à semelhança dos dados anteriores, a grande predominância de organizações ligadas ao mundo da Educação (15) e do Desenvolvimento (9), seguida da indicação de ODS (8) e Políticas (7).

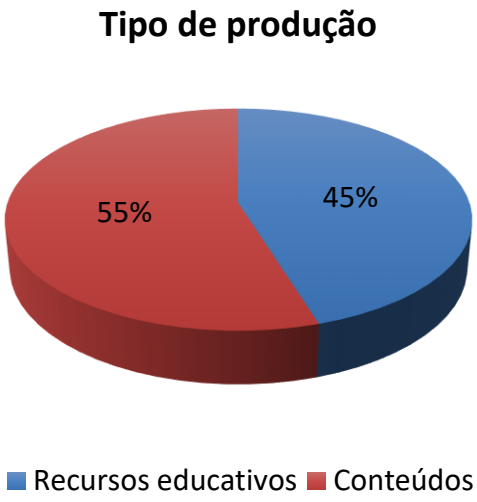
Em relação à ação 1.2.1, "realização de ações de capacitação das ESPA", foram reportadas 2 ações de formação pelo EduQA: uma ação sobre a nova Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), na qual participaram todas as ESPA; e outra para as ONGD da PPONGD, sobre os pontos de contacto entre a ENED e a ENEC.

Na ação 1.2.2, "realização de ações de capacitação de entidades associadas/parceiras/ membros das ESPA", foi comunicada 1 ação, envolvendo 18 participantes de ONGD e de instituições do ensino superior de 4 países (Portugal, Estónia, Finlândia e Roménia). Na ação

[22] Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3; 1.3.1.

1.2.3, de capacitação de outras entidades, foram identificadas 12 ações promovidas pela AIMA, pela APA, pela CIG, pela CPADA e pela ESE de Viana do Castelo, com a participação de 115 entidades: municípios, instituições do ensino superior, estabelecimentos de ensino, outras entidades públicas e organizações da sociedade civil.

Importa, de seguida, aprofundar a medida 1.3, relativa à "Produção de conteúdos e recursos", uma vez que foram solicitados indicadores específicos para as ações que a compõem. No âmbito da ação 1.3.1 desta medida, mantém-se o equilíbrio dos anos anteriores, entre os vários **tipos de produção,** uma vez que 55% referem-se a (17) conteúdos e 45% a (14) recursos educativos, ambos sobre ED. De salientar a diminuição do número absoluto de novas produções reportadas.



Relativamente à "produção de conteúdos científicos sobre ED" (ação 1.3.2), verifica-se um total de 17 reportes (uma diminuição em relação a 2023). Por ordem de grandeza, os **tipos de conteúdo** mais expressivos são os outros conteúdos científicos (9), com a indicação de comunicações e posters; estudos, reportagens, ebooks, revistas, entre outros; projetos de investigação sobre ED (5); e artigos/livros científicos (3).

De referir que 76% (13) destes conteúdos científicos foram produzidos em **coautoria,** o que mantém a tendência de uma maior colaboração na elaboração de conteúdos sobre ED. Dos dados recolhidos, é possível ir mais além e identificar que 1 foi produzido entre académicos, 7 entre académicos e não académicos e 5 entre não académicos.

Foi ainda questionado qual o número de conteúdos publicados com **revisão por pares**, sendo identificados 3 livros e artigos científicos com esta prática, ou seja, a totalidade de livros e artigos científicos publicados.

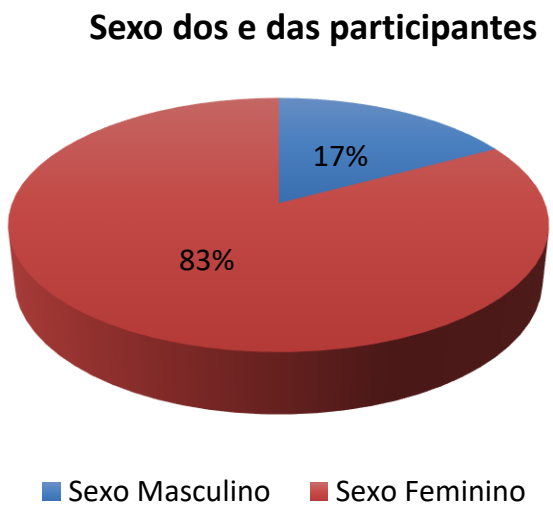
Continuando no âmbito da medida 1.3, a ação 1.3.3 foca a "disseminação de conteúdos e recursos produzidos no âmbito desta medida". Através dela, verificamos que foram **disponibilizados e disseminados** 44 recursos educativos e conteúdos: 17 conteúdos; 14 recursos educativos; 9 conteúdos científicos (já anteriormente discriminados); 2 artigos e livros científicos; e 2 projetos de investigação.

Relativamente ao **meio de disseminação** dos conteúdos e recursos, foram reportadas 50 ações, um número superior ao habitual. Assim, foi possível contabilizar 3001 divulgações através de canais de comunicação social convencional (nomeadamente o jornal) e 303 através de canais de comunicação social digital. Foram identificadas 96 disponibilizações no Instagram; 87 no Facebook; 64 em websites; 20 no Twitter; e 36 em outros, sem indicação específica de qual meio tenha sido.

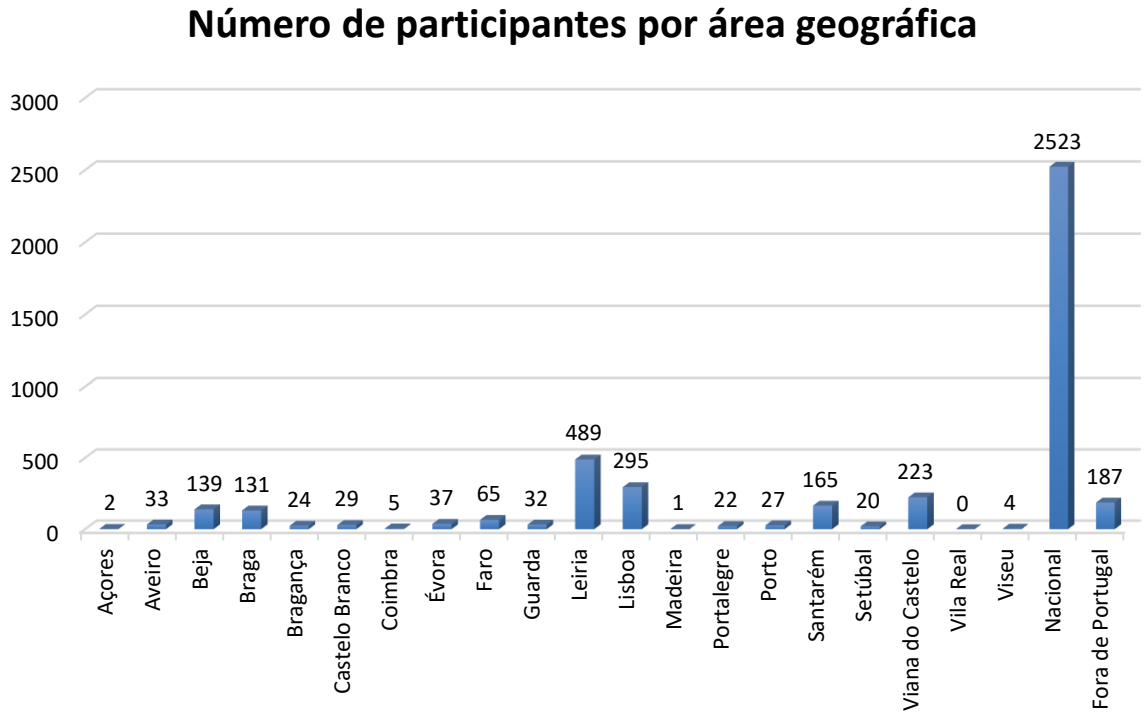
Uma das dimensões transversais de análise é a **participação**[23]. Nos dados relativos às medidas 1.1 e 1.2, foi possível apurar a participação de 5769 pessoas.

Os dados permitiram identificar o **sexo** de 2735 participantes, conforme o gráfico abaixo, com clara predominância de participantes do sexo feminino (2267).

[23] Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3.

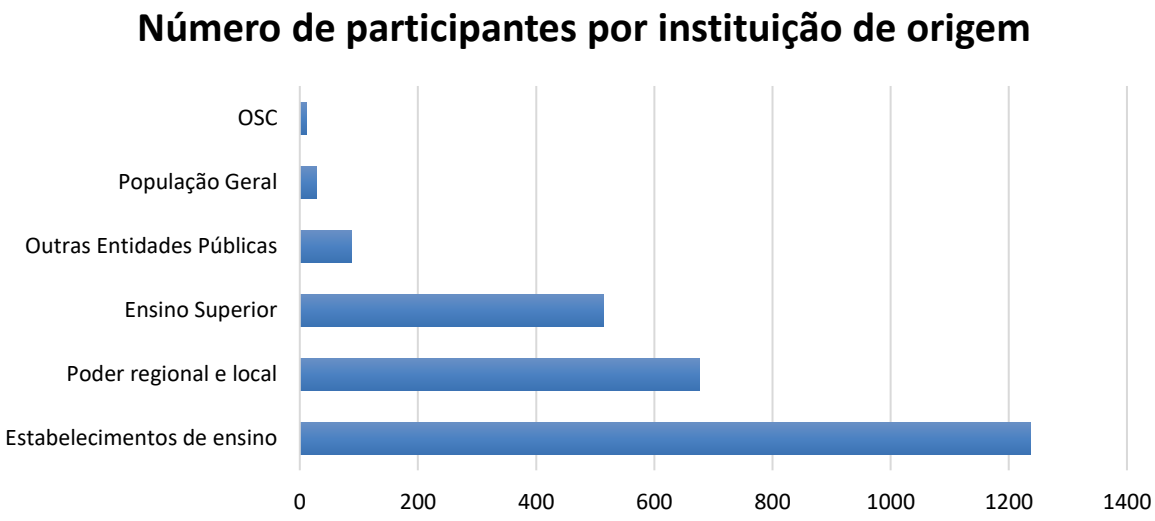


Relativamente aos indicadores específicos que visam recolher informações sobre o número de participantes **por instituição de origem e por proveniência geográfica**, foi possível recolher informações sobre 4453 pessoas – disponibilização de dados que tem vindo a crescer (2152, em 2024; 2104, em 2023; 2634, em 2022; e 1014, em 2021) –, sendo a sua distribuição efetuada como se pode ver no gráfico seguinte.



Para além de o gráfico apresentar um número extremamente relevante de dados reportados com caráter *Nacional* (2523) – o que se julga estar relacionado com a questão da participação em ações dinamizadas em formato online, e vai em linha com os anos anteriores – este gráfico apresenta alterações relevantes relativamente ao do ano anterior, nomeadamente a grande relevância adquirida pelos números reportados relativos a Leiria (489), que superam, aos dados de Lisboa (295). Mantém-se a predominância crescente do distrito de Viana do Castelo, com 223 participantes. Com mais de cem referências, destacam-se Beja, Braga e Santarém. De referir a existência de apenas 1 distrito sem reportes, Vila Real (para 2024, encontravam-se nesta situação também Guarda, Portalegre e Viseu). Os reportes com indicação de Fora de Portugal também têm vindo a crescer.

O reporte de dados de 48 ações permitiu analisar a proveniência **institucional de alguns destes participantes.** A saber, por ordem de representatividade: estabelecimentos de ensino básico e secundário (1236), poder regional e local (676), ensino superior (514), outras entidades públicas (87), população geral (29) e organizações da sociedade civil (11). De realçar que os números absolutos são bastante mais significativos do que nos anos anteriores.



○ Objetivo 2

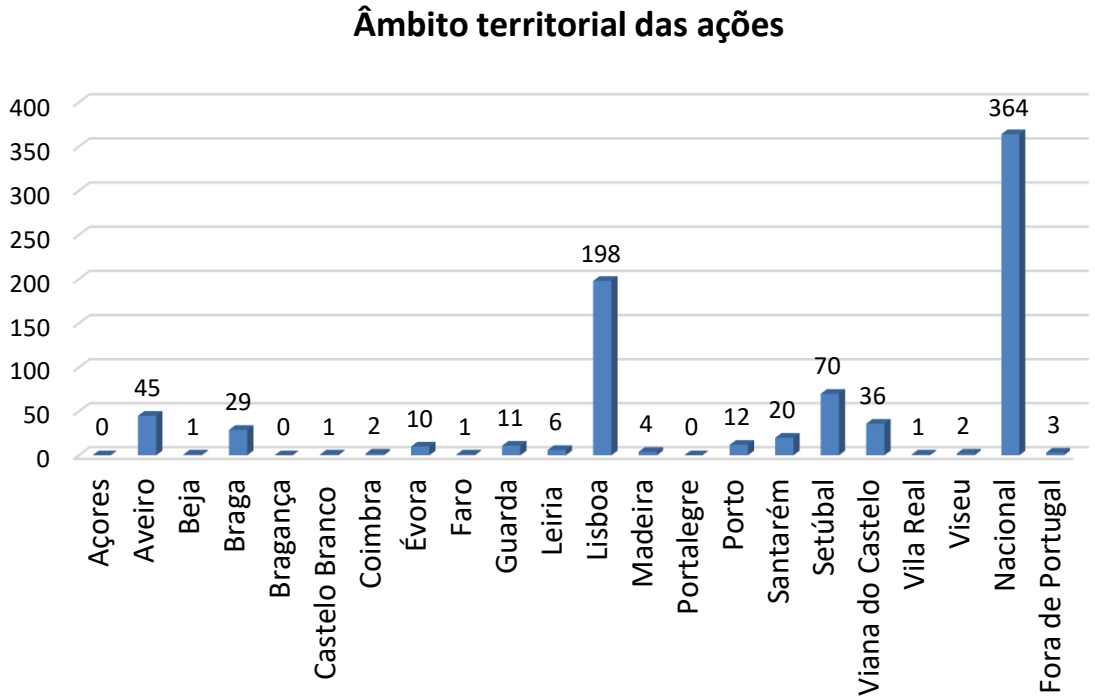
Como exposto anteriormente, o objetivo 2- "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED" -, é o que apresenta um maior número de ações reportadas: 930 ações. Neste objetivo estão previstas as seguintes medidas:

- ✓ **Medida 2.1** - Reforço da integração da ED no sistema educativo
- ✓ **Medida 2.2 -** Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal
- ✓ **Medida 2.3 -** Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas
- ✓ **Medida 2.4** - Envolvimento dos meios de comunicação social
- ✓ **Medida 2.5** - Participação internacional

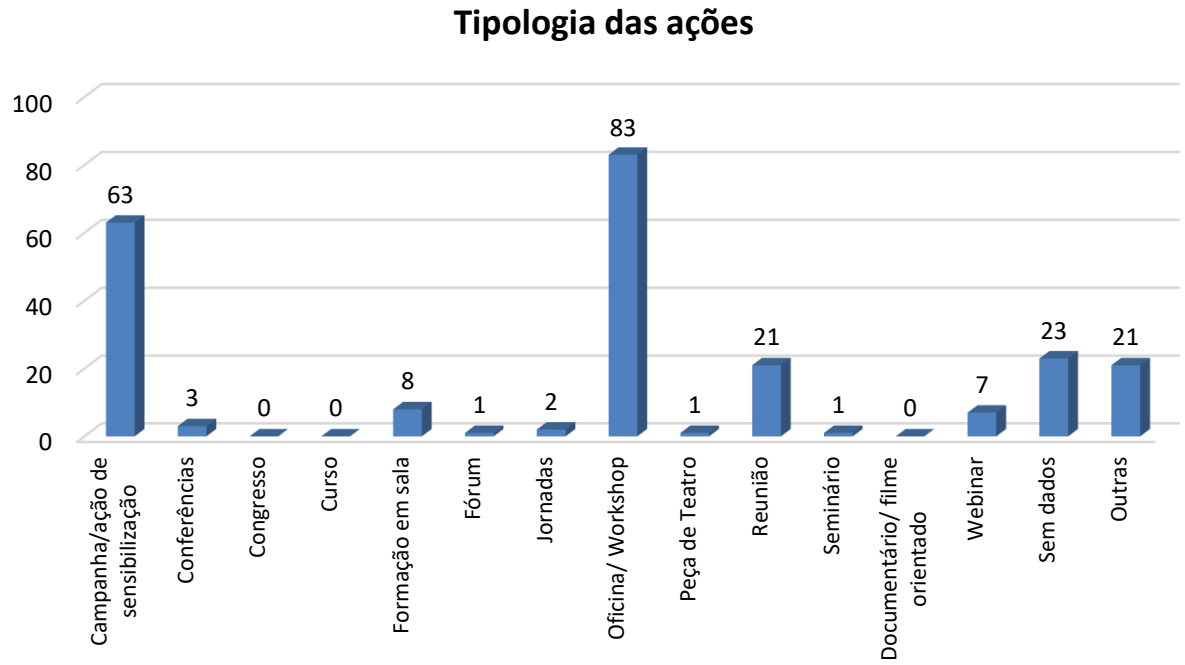
A grande diversidade de medidas e ações envolvidas neste objetivo origina uma multiplicidade de indicadores gerais e, sobretudo, específicos, que serão abordados nesta secção.

Relativamente à **dimensão territorial** das ações reportadas neste objetivo, pode verificar-se, no gráfico seguinte, a distribuição geográfica das ações para as quais se solicita esta indicação[24].

Verifica-se a grande preponderância da categoria nacional (364), bem como a de Lisboa (198), contrariamente ao ano anterior. Salientam-se também os distritos de Setúbal (122) e Aveiro (90) e, com dados menos relevantes, Viana do Castelo (36), Braga (29) e Santarém (20). Voltam a identificar-se vários distritos sem referências – Bragança, Portalegre e Região Autónoma dos Açores.



No que concerne à **tipologia das ações**[25], em 291 ações foi possível verificar a seguinte distribuição:



Mantém-se a predominância das categorias "oficina/workshop" (83) e "campanhas/ações de sensibilização" (63). De notar os valores significativos da "reunião", o que não se tinha verificado anteriormente. Na categoria "outras" (21), foram nomeados: "exposição", "instalação", "concurso", "escola de verão", "mesa redonda", "reportagem", "círculo de leitura" e "intercâmbio".

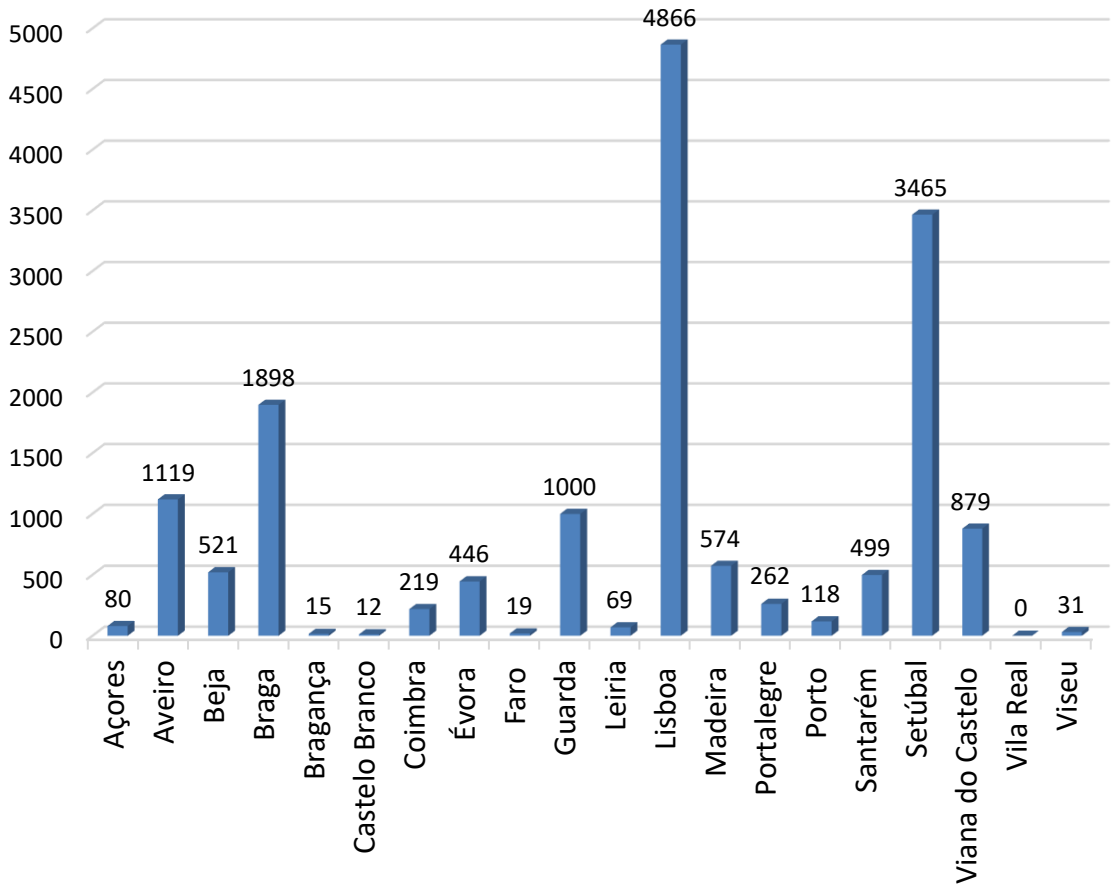
A **dimensão da participação** é outro indicador transversal. Receberam-se dados de 872 ações, o que revela um reporte cada vez mais detalhado. Assim, e relativamente ao objetivo 2, foi possível quantificar 947.433 participantes[26]. Destes, 908.349 foram reportados no âmbito do projeto Eco-escolas e 11.296 na atividade Coast Watch, totalizando 27.788 participantes em outras ações.

Foi identificado o **sexo**[27] de 9.075 pessoas: 4.921 (54%) do sexo feminino, 4.152 (46%) do sexo masculino e 2 identificadas como "outro".

[25] Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.4.1.
[26] Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.1; 2.5.2.
[27] Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.1; 2.5.2.

A **distribuição geográfica**[28], que nos foi possível recolher a partir dos dados reportados, é marcada pela categoria Nacional (928.468), o que está relacionado com as duas atividades anteriormente mencionadas, que mobilizam participantes em todo o país. No entanto, verificam-se alterações relevantes: Lisboa volta a ser o distrito com mais participantes (4.866), sendo seguido por Setúbal (3.465). Em linha com a tendência anterior, Braga surge como terceiro distrito com mais participantes, mas a uma grande distância dos anteriores (1.898). Dos restantes distritos, salientam-se Aveiro e Guarda, com 1.000 ou mais participantes; e Beja, Viana do Castelo e a Região Autónoma da Madeira, com valores entre 500 e 1000. Vila Real mantém-se como o único distrito sem participações reportadas neste objetivo.

Número de participantes por área geográfica



Importa salientar que os resultados recolhidos indicam que 89% das atividades (487) envolvem **parcerias.**

[28] Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.2.

Relativamente às ações de participação internacional (2.5), foi possível identificar a participação de 375 residentes em Portugal em iniciativas fora de Portugal (2.5.1) (88 em 2024). Destes, 35% pertencem a entidades do ensino superior, 28% a organizações da sociedade civil, 26% a escolas do ensino básico e secundário, 7% a outras entidades públicas e 4% a autoridades locais.

Foi ainda possível determinar a participação em eventos em Portugal por 772 pessoas de outros países (ação 2.5.2) (664, em 2024) vindas de diversos continentes – África: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique; América: Argentina, Brasil e Estados Unidos da América; Ásia: Timor-Leste; e Europa: Alemanha, Andorra, Espanha e Itália.

Prestando atenção ao indicador relativo à **filiação institucional** dos e das participantes, foi possível analisar a proveniência de 5.835 participantes[29], valor que, embora pouco representativo quando comparado ao total reportado, é superior ao do ano anterior. Analisando os dados obtidos, podemos verificar que 56% pertencem a Organizações da Sociedade Civil; 27% a entidades do Ensino Básico e Secundário; e 6% a entidades de Ensino Superior. Nenhum dos valores relativos a outras entidades públicas, entidades do Poder Local e Juventude chega a 1%.

Atendendo aos indicadores específicos, foi identificada, para a ação 2.1.2, "realização de sessões de divulgação do **Referencial de Educação para o Desenvolvimento** - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário a docentes e outros agentes educativos", a realização de 2 sessões que decorreram em Viana do Castelo.

Respondendo ao indicador referente ao **número de ESPA e suas associadas ou parceiras envolvidas na organização das ações** 2.1.1 e 2.1.2, ligadas à promoção de projetos e outras iniciativas nos estabelecimentos de educação, ensino e formação, e à divulgação do Referencial de ED, é possível identificar a presença de 173 entidades dinamizadoras – 22 promotoras e 151 parceiras –, valor que tem vindo a ganhar mais expressividade nos últimos anos. Nestas encontram-se Organizações da Sociedade Civil, entidades ligadas ao Ensino Básico e Secundário, Escolas Superiores de Educação, entidades do Poder Local, entre outras.

Importa salientar que, nesta medida, 554 das ações reportadas apresentavam dados sobre a implementação (213, em 2024) em parceria, e os resultados recolhidos indicam que 89% envolvem entidades parceiras, percentagem idêntica à dos anos anteriores.

A medida 2.3, dedicada às iniciativas de concertação para a melhoria das políticas, atenta, entre outros indicadores, ao **número de participantes por proveniência**. Relativamente aos titulares de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder político local (ação 2.3.1), foi possível recolher 1 ação com participantes do município do

[29] Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.3; 2.4.1; 2.5.2.

Seixal. Relativamente a membros nacionais dos órgãos políticos europeus (ação 2.3.2) não foram reportados participantes.

Relativamente a estas duas medidas, interessava ainda saber a sua **periodicidade**. Foi possível recolher informação de 18 ações reportadas. Destas, 13 indicaram serem únicas, 4 anuais e 1 pontual.

Para melhor poder caraterizar o papel das ESPA e suas associadas envolvidas na dinamização de atividades, importa perceber qual o **setor de atividades** das mesmas. Para as ações ligadas às medidas 2.2, "Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal", e 2.3 "Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas", foi pedida essa informação[30]. Através dos dados obtidos, foi possível elaborar o gráfico seguinte:

A análise da informação do gráfico permite afirmar a relevância das entidades ligadas ao Desenvolvimento (13), aos ODS (12), à Educação (9) e à Capacitação e aos Direitos Humanos (ambas com 6). Recordamos que, como já foi referido anteriormente, estes dados têm uma responsabilidade mista – alguns são das próprias entidades outros das autoras. Importa ainda salientar que cada entidade poderia escolher mais do que um setor de atividade, razão pela qual o número total de contributos não corresponde ao número total de entidades que reportaram nestas ações.

Na medida 2.4 "Envolvimento dos meios de comunicação social" foram reportadas 23 "publicações de conteúdos sobre Educação para o Desenvolvimento em meios de

[30] Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3.

comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais" (ação 2.4.2). Dos dados recolhidos, identificaram-se 2 conteúdos publicados em **meios de comunicação social** tradicionais, nomeadamente na rádio; 172 no *Instagram* e 25 em páginas web. Não foi possível recolher dados sobre **partilhas digitais**.

Quanto aos indicadores da categoria de **autoria dos conteúdos**, nas ações reportadas, identificaram-se 2 autoras do **sexo** feminino. Relativamente à **filiação institucional**, foi possível identificar dados para uma ação decorrida em Braga: 2 pessoas ligadas a uma ONGD (OIKOS), 2 pessoas ligadas a uma rádio (Rádio Antena Minho) e 36 a escolas do município.

o Objetivo 3

No objetivo 3, dedicado a "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED", foram reportadas, como indicado anteriormente, 160 ações. Neste objetivo estão previstas as seguintes medidas:

- ✓ **Medida 3.1 -** Reconhecimento formal da ED
- ✓ **Medida 3.2 -** Articulação nacional na tomada de decisões
- ✓ **Medida 3.3** - Articulação internacional na tomada de decisões
- ✓ **Medida 3.4** - Mobilização de recursos adequados à intervenção

Dada a especificidade do objetivo 3 e dos seus indicadores, achou-se melhor proceder a uma análise detalhada, quase ao nível de cada uma das ações.

A medida 3.1 refere-se ao **reconhecimento formal da ED** em documentos estratégicos e operacionais, seja "por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local" (3.1.1), seja "por parte de entidades públicas e da sociedade civil" (3.1.2). Os dados relacionados com esta medida foram reportados por membros da Comissão de Acompanhamento. Relativamente à ação 3.1.1, é possível identificar os 22 municípios pertencentes à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD)[31] que subscreveu o Plano de Ação da ENED 2018-2020, aos quais se juntam mais três que não pertencem à Rede. No que diz respeito à ação 3.1.2, a CA reportou 15 ESPA, as 14 ESE, 13 ONGD promotoras de projetos do Camões I.P. e 11 outras entidades parceiras em projetos do Camões I.P., totalizando 78 entidades

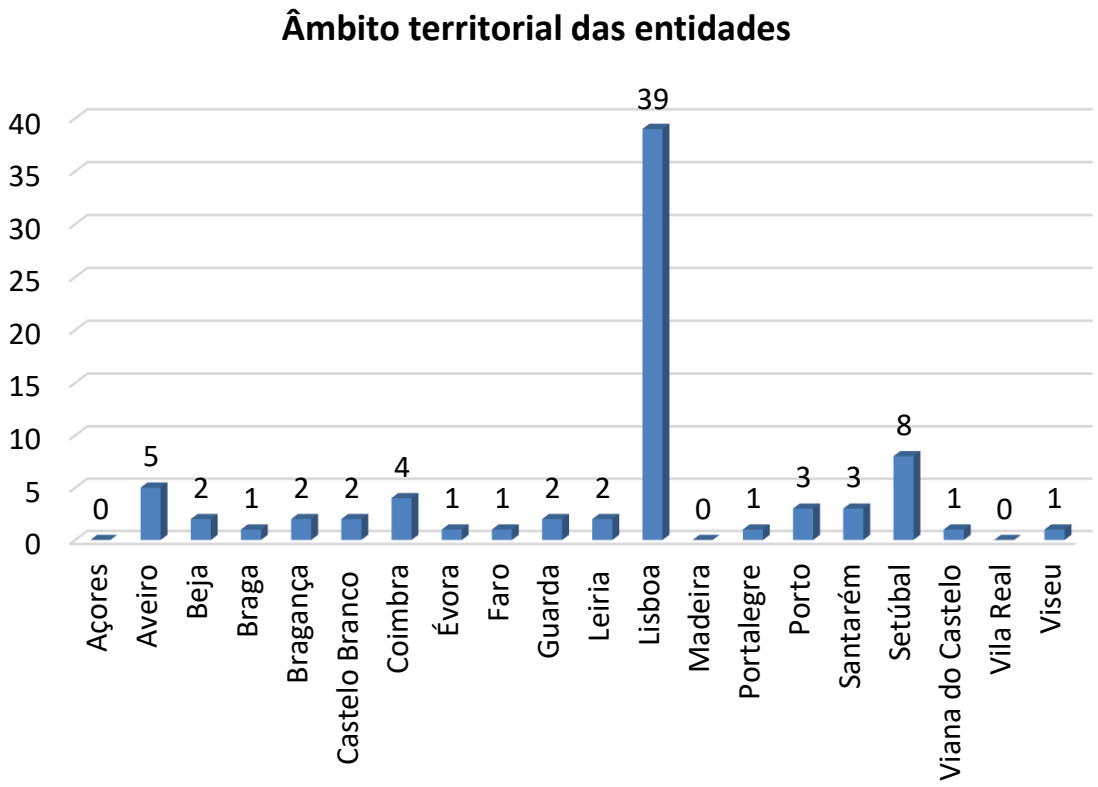
Se analisarmos a **tipologia das entidades**, verifica-se que 15 são as próprias ESPA, 29 estão ligadas ao Poder Municipal, 16 estão ligadas ao Ensino Superior, 14 são Organizações da Sociedade Civil e 4 são outras entidades públicas.

Quanto ao **tipo de evento e/ou documento** que foi assinado, é possível reconhecer: o protocolo assinado pelas ESPA para implementação do Plano de Ação da ENED 2018-2022; o plano da ação da RICD; os 17 contratos de subvenção de formalização de projetos ED; e os Planos de Ação das 14 ESE.

O exercício de identificar a **área geográfica** das entidades permite-nos perceber que se mantêm as tendências dos anos anteriores - a grande maioria destas entidades concentra-

[31] Alfândega da Fé, Amadora, Cascais, Estarreja, Faro, Fundão, Grândola, Loures, Maia, Marinha Grande, Matosinhos, Miranda do Corvo, Moita, Odivelas, Oeiras, Ourém, Palmela, Seixal, Setúbal, Torres Vedras e Vila Nova de Poiares.

se em Lisboa (39). São, com valores significativamente inferiores, nomeados também os distritos de Setúbal (8), Aveiro (5), Coimbra (4), Porto e Santarém (3), Beja, Bragança, Castelo Branco, Guarda e Leiria (2), e Braga, Évora, Faro, Portalegre, Viana do Castelo e Viseu (1). Os restantes territórios (Viseu e regiões autónomas da Madeira e dos Açores) não apresentam referências. Como referido no ano anterior, salienta-se que a assinatura da Carta Compromisso e a subsequente elaboração dos Planos de Ação das ESE permitem identificar territórios que, por sua localização, geralmente não eram contemplados nesta tipologia de atividades, dada a cobertura nacional diversificada das ESE.



Um dos indicadores solicitados para a medida 3.1 é identificar o número de entidades que se reconhecem formalmente como ligadas ao setor da Educação. No entanto, não foi possível aferir estes dados com o rigor necessário.

As medidas 3.2 e 3.3, vocacionadas para a articulação nacional e internacional na tomada de decisões em matéria de ED, têm como indicador o número de participantes. Pudemos identificar a participação de 333 pessoas. Os dados reportados não são expressivos quanto à identificação do sexo das pessoas participantes.

Relativamente à medida 3.2, de "Articulação nacional na tomada de decisões em matéria de ED", foi reportado o evento de lançamento da ENED 2025-2030, que decorreu a 10 de dezembro, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a presença de cerca de 50 pessoas.

Analisando com mais detalhe os indicadores relativos às ações da medida 3.3, podemos identificar que:

i) 3.3.1. – foram realizadas 2 reuniões com a participação de representantes portugueses nos âmbitos de mesas redondas do GENE – *Global Education Network Europe* (com 1 participantes do CICL e 1 da DGE); 2 Conselhos Intergovernamentais da *Iniciativa de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável* (CGpDS) (2 participantes do CICL; 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Andorra; 2 da Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; 2 do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Mobilidade Humana do Equador; 1 da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; 1 da Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; 2 do Ministério de Negócios Estrangeiros do Paraguai; 2 do Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento da República Dominicana; 2 da Agência Uruguaia de Cooperação Internacional; e 2 pessoas da Unidade Técnica); 1 reunião de apresentação do Programas de CGpDS aos restantes Programas e Iniciativas da Cooperação Ibero-Americana, no qual participaram cerca de 50 pessoas; 1 webinar do grupo de organizações regionais e internacionais do Programa de CGpDS; 3 conferências internacionais, 2 reuniões internacionais e o Fórum Juventude, pelo CNJ; e a reunião do Global Education Network, através da PPONGD (no qual participaram 43 representantes - Agency for Quality Assurance in Preuniversity education: Albanian Institute for Social Innovation; Ambrela - Platform for development organisations; AOI; Association for Democratic Initiatives ; BeGlobal from Enabel; Bureau for Education Services ; Caritas Czech repulic; Center for youth work, Novi Sad; CRID; CYPRUS PEDAGOGICAL INSTITUTE; Eesti People to People; European Institute of Education for Democratic Culture, Catholic Univeristy of Valencia (ECUDEM-UCV); Finnish Development NGOs Fingo; Forum de la; Joventut d'Andorra (National Youth Council of Andorra); Forum MNE; Grupa Zagranica; HAND Association; il nostro pianeta; Kopin - Koperazzjoni Internazzjonali; LAPAS; Lithuanian Agency of Non-Formal Education; MINISTERIO DA EDUCAÇÃO; Ministry for Education; Ministry of Civil Affairs; Ministry of culture of the Republic of Bulgaria; Ministry of education; Ministry of Education and Research; Ministry of Education, Science and Innovation; Moroccan Center for Civic Education; Movimiento 4.7.; MUNDU - center for global education; NYCI (National Youth Council of Ireland); open education centre foundation: Plataforma ONG Cabo Verde; Portuguese NGDO Platform; Portuguese NGDO Platform; SLOGA; State Agency for Science and Higher Education next to the Ministry of Science and Higher Education ;Südwind; Welsh Centre for International Affairs (WCIA); World University Service (WUS); Youth Services Center).

ii) 3.3.2. – foram elaborados 4 documentos relacionados com a participação de Portugal em âmbitos internacionais relevantes, nomeadamente, os Relatórios de Portugal sobre Educação Global para as 52.ª e 53.ª Mesas Redondas do GENE; e as atas de dois Conselhos Intergovernamentais do Programa de *CGpDS*.

A medida 3.4 está direcionada para a "mobilização de recursos adequados à intervenção". Em relação aos recursos afetos expressamente à ED (ação 3.4.1) conclui-se o reporte de 1 instrumento financeiro dedicado expressamente à ED35 promovidos pelo CICL (a linha de ED). Neste instrumento, o CICL financiou 17 projetos em 2025. Para além disso, o CICL contribuiu para organismos internacionais, nomeadamente para o GENE e a SEGIB. Como se verifica no quadro, contabilizam-se ainda 40 ESPA e suas associadas com recursos expressamente afetos à ED, sendo que, como explicado nos relatórios anteriores, este dado é aferido a partir do número total de entidades que reportam ações realizadas.

Tipo de recurso afeto expressamente à ED	Número
Instrumentos financeiros afetos à ED	1
Projetos financiados por estes instrumentos financeiros	17
Contribuição para organismos internacionais	2
ESPA com recursos afetos à ED	40

A ação 3.4.2 refere-se à mobilização de recursos não expressamente afetos à ED, para a qual não há dados para 2025.

o Objetivo 4

O objetivo 4 pretende "Consolidar a implementação da ENED" e, no seu âmbito, foram reportadas 16 ações.

Neste objetivo, dedicado à operacionalização do dispositivo de acompanhamento da ENED, estão previstas, para o ano ao qual se reporta este relatório, as seguintes medidas:

- ✓ **Medida 4.1** Modelo institucional
- ✓ **Medida 4.2**. Sistema de acompanhamento

No âmbito do modelo institucional da presente ENED (medida 4.1), realizaram-se 6 reuniões da CA (4.1.1) e 2 reuniões das ESPA (4.1.2), com vista ao trabalho colaborativo em matéria da ENED 2018-2022. Foram ainda realizadas duas oficinas para a elaboração do Plano de Ação da ENED 2025-2030.

Num dos encontros das ESPA, promovidos pela CA, foi apresentada informação-síntese relevante sobre a execução da ENED (4.1.3) já que foi apresentado o relatório de acompanhamento do ano anterior.

Nas 6 sessões de trabalho da CA, participaram os representantes das 3 ESPA[32] que a constituem (4 elementos do CICL; 2 elementos da DGE; e 3 elementos da PPONGD), assim como os 2 elementos do secretariado de apoio à ENED.

Nas duas sessões de trabalho colaborativo do grupo de ESPA, realizadas em fevereiro e em outubro de 2025, registraram-se 31 presenças: 25 do sexo feminino e 6 do masculino. Uma vez que, em 2025, se avançou na elaboração do Plano de Ação da ENED, realizaram-se ainda 2 oficinas com esse intuito. Nestas, participaram 24 pessoas: 22 do sexo feminino e 2 do masculino. Estas oficinas foram facilitadas por uma equipa de facilitadoras, com o apoio de 1 representante do GENE.

Relativamente à proveniência geográfica destes e destas participantes, foi possível verificar que são de entidades situadas nos seguintes distritos: Lisboa (25 participantes, correspondendo a 78% do total); Coimbra (4 participantes); Porto e Viana do Castelo (1 participante de cada distrito). Esteve ainda presente uma representante de uma organização europeia, como referido anteriormente.

[32] Dados recolhidos nas ações 4.1.1; 4.1.2.

De acordo com o previsto na ação 4.1.3, o Secretariado de apoio à CA e ao grupo das ESPA tem funcionado desde 2019. No que respeita ao sistema de acompanhamento (medida 4.2), mais especificamente à ação “elaboração e publicação de relatórios de acompanhamento da execução da ENED” (ação 1), considera-se que esta medida fica concluída com a elaboração e publicação do presente relatório de acompanhamento que respeita ao ano 2025. Relativamente à ação 4.2.2, que previa a “criação e atualização de uma plataforma de recolha e partilha de informação sobre a implementação da ENED”, reporta-se que esta foi criada em 2019 e divulgada publicamente em maio de 2020. De janeiro a dezembro de 2025 foram divulgadas 10 iniciativas. Foram publicadas 31 notícias.

5 – Conclusões

Da análise dos dados recolhidos neste relatório, é possível extrair algumas conclusões.

Uma primeira conclusão importante é o alcance, em termos gerais, do compromisso assumido de **cobertura dos objetivos, medidas e ações**: na distribuição de ações por objetivo, verificou-se que 16% das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 "Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED"; 71%, um valor muito expressivo, dizem respeito ao objetivo 2 "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED"; 12% correspondem ao objetivo 3 "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED"; e 1% estão implicadas no objetivo 4, dedicado a "Consolidar a implementação da ENED". Em 2025 não se registaram ações no âmbito das medidas transversais.

O **Objetivo 1** registou 216 ações reportadas (16% do total), um valor inferior ao de 2024. A medida 1.1, dedicada à formação de agentes educativos, tornou-se a mais representativa, concentrando 107 ações, ultrapassando a medida 1.3, relativa à produção de conteúdos e recursos, com 92 ações. Destacou-se o aumento das ações de formação contínua de docentes, bem como da formação inicial de docentes, educadores e educadoras e formadores e formadoras. Em sentido contrário, diminuíram de forma expressiva a produção e disseminação de conteúdos e recursos, enquanto a capacitação de organizações se manteve como a medida menos reportada.

O **Objetivo 2**, para o qual foram reportadas 930 ações (71% do total), manteve-se como o objetivo com maior volume de ações e apresentou um crescimento significativo face a 2024. Este aumento resulta sobretudo do forte reforço da integração da ED no sistema educativo, em particular da promoção de projetos e outras iniciativas nos estabelecimentos de educação, ensino e formação. Em contrapartida, as ações de sensibilização em contextos de Educação Não Formal diminuíram. As iniciativas de concertação para a melhoria das políticas mantiveram resultados limitados, mas verificaram-se avanços claros no envolvimento dos meios de comunicação social e na participação internacional, com aumentos nas iniciativas realizadas fora de Portugal e, sobretudo, nas realizadas em Portugal com participação internacional.

O **Objetivo 3**, dedicado a afirmar a importância e promover a transversalização da ED, recolheu informação sobre 160 ações (12% do total), mantendo resultados próximos dos do ano anterior. O reconhecimento formal da ED conservou o mesmo volume de registos, tanto por parte de órgãos de soberania, governo, regiões autónomas e poder local como por entidades públicas e da sociedade civil. Na articulação nacional, diminuiu o número de reuniões com atores políticos e quadros diretivos das ESPA, enquanto a articulação internacional registou um crescimento significativo. A mobilização de recursos expressamente afetos à ED também aumentou, confirmando a capacidade de implementação e a presença institucional da ED.

O **Objetivo 4**, relativo à consolidação da implementação da ENED, registou 16 ações (1% do total). Apesar de continuar a ser o objetivo com menor volume de ações, refletindo a sua natureza institucional e operacional, verificou-se um reforço do trabalho colaborativo da Comissão de Acompanhamento e das ESPA, incluindo o processo de elaboração do Plano de Ação da ENED 2025-2030. Mantiveram-se em funcionamento o secretariado e a plataforma de recolha e partilha de

informação, e foi assegurada a elaboração do presente relatório. Contudo, não se registaram ações na maioria das componentes do sistema de acompanhamento nem nas medidas relativas à cultura de avaliação da ENED.

Numa leitura transversal da **integração das ações em projetos**, verifica-se uma evolução positiva: 1.039 ações, correspondentes a 79% do total, foram desenvolvidas no âmbito de projetos — 583 em projetos de ED e 456 noutro tipo de projeto —, enquanto 283 ações (21%) não estavam inseridas em qualquer projeto. O peso das ações fora de projeto diminuiu face aos 39% registados em 2024. Apesar desta maior integração, o número de projetos de ED identificados diminuiu em todas as tipologias de entidades, o que reforça a necessidade, já assinalada em relatórios anteriores, de aprofundar uma definição partilhada de projeto de ED nas futuras ações de capacitação.

Os **indicadores gerais** e os **indicadores específicos** que em seguida se apresentam respondem às seguintes dimensões: participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; âmbito temporal; disseminação e tipologia das ações. Através da sua análise podem retirar-se conclusões para cada um dos objetivos.

No **objetivo 1** "Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED" foi reportado um total de 216 ações. Dos dados que foi possível apurar, salienta-se que:

i) a categoria **Nacional** se manteve como a mais expressiva na **distribuição geográfica das ações**, com 51 reportes. Pela primeira vez, Lisboa não surgiu isoladamente como o distrito com mais ações, apresentando o mesmo valor de Beja e do Porto. Aumentou, contudo, o número de territórios sem ações reportadas para este objetivo;

ii) se manteve a predominância dos **formatos** Formação em sala e Curso, tendo aumentado as referências a campanhas/ações de sensibilização e a webinars;

iii) foram realizadas 68 ações de **formação contínua de docentes**, mais 17 do que em 2024. Das 57 ações para as quais foi disponibilizada informação, 53 (93%) foram acreditadas;

iv) nas ações de formação inicial e contínua de educadores/as e formadores/as, 8 ações foram **certificadas** e 8 não certificadas;

v) a maioria das ações de formação teve **duração** igual ou inferior a 6 horas, mantendo a predominância das ações de curta duração. Foram, ainda assim, identificadas 22 ações com 25 ou mais horas;

vi) entre os **setores de atividade** das entidades envolvidas na organização das ações, predominaram a Educação, o Desenvolvimento, os ODS e as Políticas;

vii) nas medidas 1.1 e 1.2 participaram **5.769 pessoas**. Foi possível identificar o **sexo** de 2.735 participantes, verificando-se uma clara predominância do sexo feminino, com 2.267 participantes;

viii) foi recolhida informação sobre a **proveniência geográfica** de 4.453 participantes, um aumento significativo face aos anos anteriores. A categoria Nacional foi a mais expressiva, seguida de Leiria, Lisboa e Viana do Castelo. Apenas Vila Real não apresentou participantes reportados;

ix) quanto à **proveniência institucional**, destacaram-se os estabelecimentos de ensino básico e secundário, o poder regional e local e o ensino superior, com valores absolutos superiores aos dos anos anteriores;

x) na **produção de conteúdos e recursos de ED**, foram identificados 17 conteúdos e 14 recursos educativos. Foram ainda reportados 17 conteúdos científicos, dos quais 76% produzidos em coautoria, e os 3 artigos e livros científicos identificados foram sujeitos a revisão por pares;

xi) foram **disseminados** 44 recursos educativos e conteúdos. A disseminação incluiu 3.001 divulgações em canais de comunicação social convencionais e 303 em canais digitais, com destaque para o Instagram, o Facebook e os websites.

O **objetivo 2**, "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED", registou 930 ações e manteve-se como o objetivo com o maior número e a maior diversidade de ações. Dos dados apurados para os indicadores gerais, pode concluir-se que:

i) na **distribuição geográfica das ações**, predominou a categoria Nacional, seguida de Lisboa, Setúbal e Aveiro. Não foram reportadas ações em Bragança, Portalegre e na Região Autónoma dos Açores;

ii) quanto à **tipologia das ações**, mantiveram-se como mais frequentes as oficinas/workshops e as campanhas/ações de sensibilização. As reuniões adquiriram uma expressão superior à observada em anos anteriores;

iii) foi possível quantificar **947.433 participantes**. Destes, 908.349 foram reportados no âmbito do projeto Eco-Escolas e 11.296 na atividade Coastwatch, contabilizando-se 27.788 participantes nas restantes ações;

iv) foi identificado o **sexo** de 9.075 participantes: 54% do sexo feminino, 46% do sexo masculino e 2 pessoas identificadas na categoria "outro";

v) a **proveniência geográfica** das pessoas participantes foi marcada pela categoria Nacional, em grande medida devido ao alcance dos projetos Eco-Escolas e Coastwatch. Entre os distritos, destacaram-se Lisboa, Setúbal e Braga. Vila Real manteve-se como o único distrito sem participações reportadas;

vi) foi possível analisar a **filiação institucional** de 5.835 participantes: 56% pertenciam a organizações da sociedade civil, 27% a estabelecimentos de ensino básico e secundário e 6% a entidades do ensino superior;

vii) das 554 ações com informação sobre o desenvolvimento em **parceria**, 89% envolveram entidades parceiras, confirmando a relevância do trabalho colaborativo na implementação deste objetivo;

viii) participaram 375 residentes em Portugal em **iniciativas no estrangeiro**, sobretudo ligados ao ensino superior, a organizações da sociedade civil e ao ensino básico e secundário. Foram igualmente identificados 772 **participantes de outros países** em iniciativas realizadas em Portugal, provenientes de África, América, Ásia e Europa.

No que diz respeito aos indicadores específicos, verificou-se:

i) a realização de 2 **sessões de divulgação do Referencial de ED**, ambas em Viana do Castelo;
ii) a participação de 173 entidades na **organização das ações** de promoção de projetos e iniciativas no sistema educativo — 22 promotoras e 151 parceiras —, reforçando a tendência de crescimento deste envolvimento;
iii) na **concertação para a melhoria das políticas**, mantiveram-se resultados limitados. Das 18 ações com informação sobre periodicidade, 13 foram classificadas como únicas, 4 como anuais e 1 como pontual;
iv) entre os **setores de atividade** das entidades envolvidas nas medidas 2.2 e 2.3, destacaram-se o Desenvolvimento, os ODS, a Educação, a Capacitação e os Direitos Humanos;
v) na medida 2.4, relativa ao **envolvimento dos meios de comunicação social**, foram reportadas 23 ações de publicação de conteúdos sobre ED. Identificaram-se conteúdos em rádio e um número expressivo de divulgações no Instagram e em páginas web, embora não tenha sido possível recolher dados sobre partilhas digitais.

Para o **objetivo 3**, dedicado a "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED", foram reportadas 160 ações. Como principais conclusões podem destacar-se:

i) o **reconhecimento formal da ED** por 78 entidades: 15 ESPA, 29 entidades ligadas ao poder municipal, 16 ao ensino superior, 14 organizações da sociedade civil e 4 outras entidades públicas;
ii) este reconhecimento foi concretizado através do protocolo assinado pelas ESPA para a implementação do Plano de Ação da ENED, do Plano de Ação da RICD, de 17 **contratos de subvenção** relativos a projetos de ED e dos Planos de Ação das 14 ESE;
iii) a concentração geográfica das entidades reconhecidas em **Lisboa**, seguida, a uma distância significativa, por Setúbal, Aveiro e Coimbra. Os Planos de Ação das ESE continuaram a permitir uma cobertura territorial mais diversificada;
iv) as medidas de **articulação nacional e internacional** na tomada de decisões envolveram 333 participantes. No plano nacional, destacou-se o evento de lançamento da ENED 2025-2030, com cerca de 50 participantes;
v) na **articulação internacional** foram reportadas 14 reuniões, um aumento significativo face às 5 de 2024, e foram elaborados 4 documentos relacionados com a participação de Portugal em espaços internacionais relevantes;
vi) foi identificado 1 **instrumento financeiro** dedicado expressamente à ED — a linha de ED do Camões, I.P. —, através do qual foram financiados 17 projetos em 2025, bem como contribuições para 2 organismos internacionais, o GENE e a SEGIB;
vii) foram contabilizadas 40 ESPA e entidades associadas com **recursos expressamente afetos à ED**. Não foram disponibilizados dados sobre a mobilização de recursos não expressamente afetos à ED.

O **objetivo 4** pretende "Consolidar a implementação da ENED" e, no seu âmbito, foram reportadas 16 ações, das quais se realça:

i) a realização de 6 reuniões da Comissão de Acompanhamento, 2 sessões de trabalho colaborativo das ESPA e 2 oficinas dedicadas à elaboração do Plano de Ação da **ENED 2025-2030**;
ii) a apresentação, num dos encontros das ESPA, de **informação-síntese relevante** sobre a execução da ENED, designadamente do relatório de acompanhamento do ano anterior;
iii) a participação, nas sessões da Comissão de Acompanhamento, de representantes das 3 ESPA que a compõem — 4 do Camões, I.P., 2 da DGE e 3 da PPONGD —, além de 2 elementos do secretariado de apoio à ENED;
iv) o registo de 31 presenças nas duas sessões de trabalho colaborativo das ESPA, 25 do sexo feminino e 6 do sexo masculino, e de 24 participantes nas duas oficinas do Plano de Ação, 22 do sexo feminino e 2 do sexo masculino;
v) a predominância de participantes oriundos de entidades localizadas em **Lisboa**, seguidos de Coimbra, Porto e Viana do Castelo, contando-se ainda com a participação de uma representante de uma organização europeia;
vi) a manutenção do **secretariado** de apoio à Comissão de Acompanhamento e ao grupo das ESPA, bem como a elaboração do presente relatório de acompanhamento;
vii) a continuidade da **plataforma de recolha e partilha de informação** sobre a implementação da ENED, na qual foram divulgadas 10 iniciativas e publicadas 31 notícias durante 2025.

Como nota final, importa destacar o compromisso voluntário das ESPA, que desenvolveram e reportaram os dados de um conjunto de ações que contribuem para a concretização dos objetivos do Plano de Ação, mesmo na ausência de um enquadramento formal em vigor durante a maior parte do período em análise. Este compromisso evidencia o reconhecimento, por parte de cada uma das ESPA, da importância da continuidade do trabalho em ED e da ENED portuguesa.

6 – ANEXOS

Anexo 1 - Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

Anexo 2 - Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED

Anexo 3 - Apresentação dos projetos de ED reportados

Anexo 4 - Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2025, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED

○ Anexo 1

Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA)

Comissão de Acompanhamento	2025
1. Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.	X
2. Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I.P.	X
3. Plataforma Portuguesa das ONGD	X
4. Comissão de Acompanhamento	X
Nº ESPA que responderam	**4**

Instituições Públicas	2025
1. AIMA - Agência para a Integração Migrações e Asilo	X
2. APA – Agência Portuguesa do Ambiente	X
3. CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	X
4. Comissão Nacional da UNESCO	X
5. Instituto Português do Desporto e da Juventude	X
Organizações da Sociedade Civil	**2025**
6. ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	X
7. APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural	X
8. ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção Educativa na Política das ESE	--
9. CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (Delegou na ASPEA)	X
10. CNJ - Conselho Nacional da Juventude	X
11. Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento - Associação de Municípios	X
12. PpDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres	X
Nº ESPA que responderam	**11**

Associadas de Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA)

Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE	2025
1. Instituto Politécnico de Beja	X
2. Instituto Politécnico de Bragança	--
3. Instituto Politécnico de Castelo Branco	--
4. Instituto Politécnico de Coimbra	--

5. Instituto Politécnico da Guarda	X
6. Instituto Politécnico de Leiria	X
7. Instituto Politécnico de Lisboa	--
8. Instituto Politécnico de Portalegre	X
9. Instituto Politécnico do Porto	X
10. Instituto Politécnico de Santarém	X
11. Instituto Politécnico de Setúbal	X
12. Instituto Politécnico de Viana do Castelo	X
13. Instituto Politécnico de Viseu	--
14. Universidade do Algarve	--
Nº ESE que responderam	**8**

ONGD associadas da PPONGD	2025
1. ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos	X
2. ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola	X
3. ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência	X
4. AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global	X
5. AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido	--
6. APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento	--
7. APF - Associação para o Planeamento da Família	--
8. APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	X
9. ATLAS – People Like Us	X
10. Cáritas Portuguesa	X
11. CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	X
12. CPR - Conselho Português para os Refugiados	X
13. Equipa d'África (Associação)	--
14. FEC - Fundação Fé e Cooperação	X
15. Fundação Champagnat	X
16. Fundação Cidade de Lisboa	X
17. Fundação Gonçalo da Silveira	X
18. G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto	X
19. Girl Move Portugal	X
20. Graal	X
21. HELPO	--
22. ICE – Instituto das Comunidades Educativas	--
23. IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	X
24. IPAV - Instituto Padre António Vieira	--
25. MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE	X
26. Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários	X
27. OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	X
28. PAR - Respostas Sociais	--

29. Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano	X
30. Saúde em Português	--
31. SOLSEF - Sol sem Fronteiras	X
32. URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa	X
33. VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano	--
34. WACT – We are changing together	--
Nº ONGD que responderam	**23**

Legenda:

-- – a entidade não respondeu ao contacto

X – a entidade respondeu que não foram realizadas atividades

X – a entidade reportou os dados das suas atividades

○ Anexo 2

Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED

1. Enquadramento

A 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED 2010-2015), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. Esta estratégia foi o documento-chave que orientou a ação em ED, em Portugal nos últimos anos.

Entre 2010 e 2015, extensível a 2017, esteve em funcionamento o dispositivo de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED 2010-2015, muito louvado quer a nível nacional quer a nível internacional, que permitiu monitorizar a execução da ENED em Portugal. Dele resultou a elaboração de 7 Relatórios de Acompanhamento da ENED, a realização de um *Peer-Review* ao estado da arte da Educação para o Desenvolvimento (ED)/Educação Global em Portugal liderado pela *Global Education Network Europe* (GENE) e a concretização de uma Avaliação Externa da ENED que originou um Relatório Final.

Durante o ano de 2017, e no seguimento da Avaliação da ENED 2010-2015, decorreu o processo de elaboração do novo documento enquadrador da ED em Portugal, consubstanciado através de quatro oficinas, nas quais participaram organizações da sociedade civil e entidades públicas, para dar forma à ENED 2018-2022 e ao respetivo Plano de Ação. A implementação deste Pa foi assegurada por uma Comissão de Acompanhamento (CA) composta por 4 das 16 Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA), a saber: o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, a Direção-Geral da Educação (DGE), a Plataforma Portuguesa das ONGD e o CIDAC, como membro representante do GENE, envolvendo ainda um conjunto alargado de entidades públicas e organizações da sociedade civil.

Dando continuidade ao compromisso político de Portugal com a Educação para o Desenvolvimento, reafirmado na Estratégia para a Cooperação Portuguesa 2030, foi aprovada, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 167/2025, de 27 de outubro, a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2025-2030 (ENED 2025-2030). A nova Estratégia estrutura-se em torno de três eixos estratégicos - Capacitação em Educação para o Desenvolvimento, Alargamento e Diversificação das Intervenções em Educação para o Desenvolvimento e Colaboração e Transversalização em Educação para o Desenvolvimento - integrando ainda um eixo transversal dedicado ao Acompanhamento e Avaliação.

A coordenação, gestão e promoção da ENED 2025-2030 competem a uma Comissão de Acompanhamento, presidida pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., e integrada pelo Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I. P. (EduQA) e pela Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (PPONGD). A implementação da Estratégia é assegurada por um conjunto alargado de Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA), apoiadas por um Secretariado responsável por apoiar a implementação, o acompanhamento e a avaliação da Estratégia.

Nestas ações estão diretamente envolvidas as seguintes Instituições Públicas: Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), , Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, Comissão Nacional da UNESCO, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação (EduQA), Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) e a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação de Municípios (RICD); e as seguintes Organizações da Sociedade Civil: Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação (ARIPESE) e suas associadas, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR), Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI),, Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), Conselho Nacional da Juventude (CNJ), Plataforma Portuguesa das ONGD (PPONGD) e suas associadas e a Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres (PpDM). Serão ainda envolvidas outras instituições de ensino superior.

No âmbito do eixo transversal Acompanhamento e Avaliação, o Plano de Ação da ENED 2025-2030 prevê a consolidação de um sistema nacional de acompanhamento e avaliação da Estratégia, incluindo a recolha sistemática de informação, a elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento e o desenvolvimento de mecanismos que permitam monitorizar a implementação das ações e avaliar os seus resultados e impactos. Neste contexto, a elaboração dos Relatórios Anuais de Acompanhamento do Plano de Ação da ENED 2025-2030 enquadra-se diretamente nos mecanismos previstos para assegurar a monitorização e avaliação da Estratégia.

2. **Objetivos**

O principal objetivo do presente relatório é o de identificar execução de ações de ED que se enquadrem na ENED, vigente entre 2025-2030, em Portugal.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as ações de ED concretizadas durante o ano de 2025;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;

- identificar e caracterizar a dimensão das principais participações nas ações, nomeadamente quanto ao sexo;
- identificar as principais áreas geográficas onde se implementam as ações;
- identificar e caraterizar a dimensão institucional das principais ações;
- identificar os principais setores de atividades dos atores intervenientes;
- identificar as principais dimensões temporais das atividades em curso;
- identificar a dimensão da disseminação de recursos e conteúdos na área de ED;
- identificar as principais tipologias das ações;
- lançar as bases para a obtenção futura de uma perspetiva evolutiva da elaboração e implementação da nova ENED;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da execução da ENED.

3. **Metodologia**

Os relatórios anuais são elaborados com base na recolha de informação conseguida junto da Comissão de Acompanhamento da ENED, junto das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED e suas associadas.

Esta recolha de dados é realizada tendo por base o dispositivo de acompanhamento e avaliação elaborado para o efeito. A metodologia de recolha de dados do presente relatório procedeu-se, excecionalmente, através de um instrumento conceptualizado, elaborado e implementado de origem conforme as especificidades da ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este instrumento de reporte de dados aloja-se na área reservada que por sua vez se integra na estrutura do *website* desenvolvido com o propósito de disseminar informação relativa à ED em Portugal.

Os contactos são feitos através do correio eletrónico e por via telefónica, após indicação da Comissão de Acompanhamento.

Os dados recolhidos são tratados estatisticamente de acordo com as linhas de análise definidas pela equipa de avaliação, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

As sucessivas versões provisórias do relatório devem ser validadas pela Comissão de Acompanhamento e, posteriormente, pelas demais entidades subscritoras do Plano de Ação e por outros intervenientes na recolha de dados.

4. **Conteúdo**

O relatório anual tem a seguinte estrutura:

- Sumário Executivo – apresentação do enquadramento da elaboração do relatório; apresentação das entidades responsáveis pelo relatório e pela sua execução;

- Objetivos do relatório – apresentação dos objetivos do relatório;

- Metodologia – apresentação do processo de recolha dos dados; justificação das opções tomadas e das limitações do relatório;

- Cobertura dos objetivos, medidas e ações – apresentação do número de ações implementadas, para perceção do nível de cobertura da ENED; é ainda essencial ensaiar explicações para as ações inteiramente não cobertas; analisa-se ainda a caracterização das ações quanto à sua integração ou não em projeto;

- Apresentação de dados por objetivo e por dimensão – análise dos dados segundo as dimensões pré-definidas e os seus indicadores específicos – participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações;

- Conclusões – apresentação das conclusões agrupadas por objetivo; são tidas em conta a existência de efeitos indiretos e as aprendizagens com os processos;

- Anexos – apresentação dos quadros de recolha de dados e de outros documentos importantes; os presentes Termos de Referência também constam dos mesmos anexos.

5. **Resultados esperados e cronograma**

O cronograma será o seguinte:

- Recolha dos dados junto às instituições dinamizadoras de atividades da ENED, referidas anteriormente – durante todo o ano e até fevereiro do ano seguinte ao qual o relatório se refere;

- Tratamento de dados e elaboração dos gráficos – março e abril do ano seguinte ao qual o relatório se refere;

- Análise de dados e redação do Relatório de Acompanhamento ENED – maio e junho do ano seguinte ao qual o relatório se refere;

- Envio da primeira versão do relatório para aprovação pela Comissão de Acompanhamento – final de junho do ano seguinte ao qual o relatório se refere.

6. **Responsável pela redação**

A redação do relatório está a cargo do Secretariado constituído pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e o Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC).

7. **Responsável pela aprovação e divulgação**

A aprovação e divulgação do relatório são da competência da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo CICL, pelo EduQA e pela Plataforma Portuguesa das ONGD.

Anexo 3

Projetos de ED reportados

Entidade	Projeto de Educação para o Desenvolvimento
ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos	Alfabeto da Cooperação - conceitos, histórias, imagens
ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola	Vozes do Clima - Diálogo Global para a Ação Local
AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global	Ecoality – Jovens e Autoridades Locais Juntos pela Justiça Climática e de Género
AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo	Bolsa de formadores AIMA
	REEI - Rede de Escolas para a Educação Intercultural
APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	Intercâmbio Digital: Diálogo Norte-Sul
ATLAS – People Like Us	Mexe-te
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.	Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED 2025-2030)
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	CoESA - Co-construindo cidadania global na escola
	Outras Economias, outros sentidos
CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	(In)Formar para a Igualdade
CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente representada pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)	Carta da Terra Internacional
EduQA - Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação	Plano de Ação de Desenvolvimento Sustentável 2025
ESECD-IPGuarda - Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda	Interculturalidade
ESE-IPBeja - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja	Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)
ESE-IPVianaDoCastelo - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Co-Globe - Co-creating Global Belonging
	GET - Global Education Time
	Intercâmbios Erasmus +
FCL - Fundação Cidade de Lisboa	Cidadania em jogo: tu decides!
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Coerência - O Eixo do Desenvolvimento
FGS - Fundação Gonçalo da Silveira	EDxperimentar - Laboratórios Pedagógicos de Cidadania Global e Desenvolvimento em meio escolar 2022-2025
	Escolas Transformadoras: aprofundando o papel transformador do ensino superior através da integração da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global na co-construção de conhecimento e no envolvimento das comunidades educativas
	Sinergias ED: alargar e aprofundar as relações e aprendizagens colaborativas entre ação e investigação em Educação para o Desenvolvimento
Girl Move Portugal	Programa CHANGE
	Youth Leadership Program

Graal - Associação de Carácter Social e Cultural	Sem Sombras| Jovens Igualdade e Outras Economias
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Campanha tODXs pela Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global
	Jovens 2030: mobilizar para agir. Da proteção dos solos à promoção da Cidadania Global
Monte ACE- Desenvolvimento Alentejo Central	O local + Global
OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	Desafios do Mundo - Cadernos Pedagógicos
	Pods dar voz às tuas causas
	Volta Atrás! - Repensar o Consumo, pelas Pessoas e pelo Planeta
RICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento - Associação de Municípios	People & Planet (participação)
Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano	Escola InterGlobal - uma escola para o mundo e o mundo inteiro na escola
	Parcerias Locais para a EDCG: Reforçar o papel dos Municípios e de outros atores locais na implementação da ENED
SOLSEF - Sol sem Fronteiras	Crescer com Direitos: Escola, Cidadania e Inclusão
	Jovens Transformadores: Capacitação, mobilização e novas perspetivas
URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa	A SUL, rede educativa
	Mundo da Lusofonia

○ Anexo 4

Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2025, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED[33]

ONGD	Projeto de Educação para o Desenvolvimento
ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos	Alfabeto da Cooperação - Conceitos, Práticas e Debates
ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola	Vozes do Clima: Diálogo Global para a Ação Local
AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global	Ecoality: Jovens e Autoridades Locais juntos pela Justiça Climática e de Género
Associação Clube de Lisboa	A Tua Voz, a Tua Ação: HUMAN II – Conhecer, refletir e agir em prol da justiça social e de um desenvolvimento sustentável
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	CoESA - Co-construindo cidadania global na escola
	Outras Economias, Outros sentidos
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Volta atrás! - Repensar o Consumo, pelas Pessoas e pelo Planeta
FGS - Fundação Gonçalo da Silveira	Escolas Transformadoras: o papel transformador do ensino superior através da integração da EDCG na co-construção de conhecimento e no envolvimento das comunidades educativas
	Sinergias ED: potenciar a capacidade transformadora das relações e aprendizagens colaborativas entre agentes de ação e investigação em ED
Graal - Associação de Carácter Social e Cultural	Sem Sombras | Jovens, Igualdade e Outras Economias
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Jovens 2030 - Mobilizar para agir. Da proteção dos solos à promoção da Cidadania Global
Monte ACE- Desenvolvimento Alentejo Central	O Local + Global
OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	Desafios do Mundo - Cadernos Pedagógicos
	O Oceano que nos une
Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano	De Lés a ED
	Parcerias Locais para a EDCG: Reforçar o papel dos Municípios e de outros atores locais na implementação da ENED
SOLSEF - Sol sem Fronteiras	Jovens Transformadores: Capacitação, mobilização e novas perspetivas

[33] Fonte: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/Linha_EducacaoDesenvolvimento/Resultados_LINHA_ED_21_07_2025.pdf